CPDOC

ARRANJO E DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS: AINDA UMA ESTRATÉGIA A SER DEFINIDA?

Regina da Luz Moreira

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

251
a

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INDIPO / CPDOC

M838a

C P D O C

"Trabalho final de conclusão do II Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos, ministrado pelo Arquivo Nacional, com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)."

ARRANJO E DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS: AINDA UMA ESTRATÉGIA A SER DEFINIDA?

Regina da Luz Moreira

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
1990

CPDOC/INDIPO
Fundação Getúlio Vargas
11.525/91
16/04/1991

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1

1. INTRODUÇÃO 3

2. HISTÓRICO DO CPDOC 15

2.1. O CPDOC e o momento de sua criação 15

2.2. O perfil do Centro 24

2.3. A evolução metodológica 29

3. ESTUDO DE CASO: O ARQUIVO ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO 36

3.1. O que é um arquivo privado de um homem público 36

3.2. Breve notícia biográfica 41

3.3. Histórico do acervo 42

3.4. A especificidade do arquivo e o arranjo adotado 44

3.4.1. Critérios adotados na definição das séries por tipo 49

3.4.2. Critérios adotados na definição das séries funcionais 50

3.4.3. Critérios adotados na definição das séries temáticas 55

4. CONCLUSÕES 62

ANEXOS 71

BIBLIOGRAFIA 73

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha

Datilografia: Márcia de Azevedo Rodrigues

Moreira, Regina da Luz.
Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: ainda uma estratégia a ser definida? / Regina da Luz Moreira. -- Rio de Janeiro, CPDOC, 1990.

Trabalho de conclusão do II Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos, sob a orientação da Prof. Maria Odila Kahl Fonseca -- Arquivo Nacional, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

1. Arquivos Pessoais e Familiares - Arranjo e Descrição. 2. Arquivos Privados - Arranjo e descrição. 3. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Rio de Janeiro) 4. Peixoto, Ernâni do Amaral - Arquivo. I. Título.

Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim
todos os sonhos do mundo.

(De um arquivo privado pessoal a
um arquivo público.
Ou será Fernando Pessoa...?)

APRESENTAÇÃO

> "A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época."
>
> (Antônio Cândido, 1967. In: MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica)

Muito, ou bastante, já foi dito sobre a atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC na preservação e divulgação de parcela da memória documental da nação, aquela representada pelos arquivos privados dos homens públicos que atuaram no período que se inicia com a Revolução de 1930. Raras, contudo, foram as tentativas de avaliação crítica desta trajetória, em muito voltadas para o lado prático da questão: a atualização dos procedimentos técnicos, a (re)definição da linha de acervo, e os então 12 anos de experiência da instituição, enfim reflexões mais ligadas às suas atividades cotidianas do que a qualquer pretensão de avaliação de seus próprios passos.

Após 17 anos de existência do Centro, contudo, cremos já haver o distanciamento a que se refere Antônio Cândido para que seja feito o balanço no passado. Balanço que não caía na autocomplacência, nem tão pouco na supervalorização.

Este trabalho de final de curso terá como objetivo analisar a evolução dos métodos de arranjo estabelecidos pelo CPDOC para a organização de arquivos privados contemporâneos. Para desenvolvimento desta análise, será feito um estudo de caso com base no arquivo de Ernâni do Amaral Peixoto, depositado no Centro: os documentos acumulados espelham a trajetória do titular no cenário político estadual e nacional, apresentando em diversos momentos a justaposição de funções, o que bem exemplifica a complexidade e a especificidade de cada um dos novos arquivos recebidos pela instituição nestes últimos anos.

Nosso testemunho, aqui, procurará ser um registro não apenas da experiência pessoal com um arquivo, mas principalmente da experiência de muitos. De todos aqueles que de alguma forma deram sua contribuição para o aperfeiçoamento técnico e amadurecimento de todos nós que hoje integramos a equipe.

1. INTRODUÇÃO

Foi em 1950, durante o I Congresso Internacional de Arquivos, que se discutiu pela primeira vez, de forma mais ampla - embora ainda sumária - a questão dos arquivos privados. Hoje, cerca de 40 anos depois, ainda não há uma conceituação precisa e universal para este tipo de arquivo, normalmente definido como sendo aquele que não pertence ao Estado. Ou seja, por exclusão, restrito a seu estatuto jurídico.

Segundo Henri Bautier (Bautier, 1961: 1145-1153), esta tendência de privilegiar o público tem sua explicação na própria origem da doutrina arquivística em meio aos arquivos do Estado. Neste sentido, a influência mais marcante foi a do Manual dos arquivos holandeses, cujos autores (Muller, S.; Feith, J.A. e Fruin, R.) recusavam qualquer tipo de qualificação arquivística para os documentos acumulados seja por organismos privados, seja por família ou indivíduos, restringindo o conceito de arquivos àqueles de proveniência pública. A influência exercida por este Manual em todos os países explicaria, ainda segundo Bautier, o porquê dos arquivos públicos se mostrarem, durante boa parte do século XIX e do atual, pouco inclinados a receber - e muito menos a solicitar - a doação ou depósito deste tipo de acervo, considerando-os de competência das bibliotecas.

Trata-se da valorização do arquivo como agente "conservador", mantenedor dos documentos produzidos pelas autoridades públicas, que tem sua origem mais imediata no surgimento do Estado de direito (séc. XIX), onde o direito público é tido como princípio organizacional de todo o ordenamento político. A partir de então, se por um lado temos uma nítida diferenciação entre a esfera pública e o setor privado, por outro, temos o arquivo público atuando cada vez mais como suporte das atividades dos poderes públicos, papel que lhe confere a função de depositário da fé pública.

Este quadro em relação aos arquivos privados manteve-se praticamente inalterado até o período do entre guerras, quando surgem os primeiros sinais de mudança. Na França, por exemplo, Charles Langlois, diretor dos Arquivos Nacionais (1913-1926), criou nesta instituição uma série especial para abrigar os documentos de origem privada (então considerados de origem "extraordinária"). Na realidade, tratava-se da resposta dos arquivistas ao estímulo detonado ainda nos últimos anos do século passado pelos historiadores, que começaram a tomar consciência de uma fonte que ainda não havia sido muito explorada.

Entretanto, a cristalização destas mudanças pela arquivologia só veio a ocorrer, de forma generalizada, após a Segunda Guerra Mundial, pressionada pelo movimento da École des Annales, pela história econômica, demográfica, social, etc... Já nos anos 50, por duas vezes (1950 e 1956) os arquivos privados foram objeto de discussão em congressos internacionais de arquivologia, o que comprova o reconhecimento, por parte dos arquivistas, da importância dos arquivos privados como parte essencial do patrimônio histórico de uma nação.

Ainda hoje, no entanto, não se chegou a um consenso em relação à conceituação de arquivo privado, que tem variado de acordo com o país, ora prevalecendo como definidor do tipo de arquivo o critério de origem, ora o da utilidade, ou seja, o do interesse comum. A este propósito, Ricardo Filangieri, após avaliar o que vários países europeus consideram como arquivo privado, conclui que:

> "... os arquivos qúe, do ponto de vista político, podem ser considerados como públicos ou privados são os econômicos, no sentido mais amplo, e os religiosos; poderiam portanto ser chamados de 'arquivos sociais', como pertencente a uma coletividade de função social. Mas ao lado dessa classificação, que se baseia na própria natureza dos arquivos, aparece uma outra,... que reúne os documentos de interesse cultural. Esta anula radicalmente o princípio da seleção, podendo ter influência sobre qualquer gênero de arquivos, mesmo os mais pessoais e os mais reservados". (Filangieri, 1964:38)

Na realidade o que se pode constatar, com relação à conceituação de arquivo privado, é a existência de conflito entre os princípios da propriedade privada e do interesse público, o que acaba por determinar a ambigüidade na definição das fronteiras entre o público e o privado.

Mesmo optando por agrupar sob a designação de arquivos privados todos os conjuntos documentais que não são públicos ou semi-públicos, Bertrand e Geneviève Gille alertam para o fato de que esta opção não está isenta de dificuldades:

> "Os critérios jurídicos são falhos, e os limites lógicos permanecem muito fluidos. Pode-se distinguir de um lado o conteúdo dos fundos, e de outro, sua situação de posse. Neste último caso, a confusão é completa: na realidade, muitos papéis privados são conservados nos depósitos públicos, e sabe-se, a propósito, que particulares detêm inúmeros papéis de caráter público, sem que isto seja discutido". (Gille & Gille, 1970:401

Dizer, portanto, que arquivo privado é aquele que não é público, ou semipúblico, não permite a definição de limites precisos entre o que é público e o que é privado. Mais ainda: não considera que, invariavelmente, os arquivos privados, em especial os pessoais, contêm atos estritamente privados, e atos estritamente públicos, além de atos de interesse público, como bem pudemos apreender em nossa experiência com este tipo de acervo. Uma questão é o estatuto jurídico deste tipo de arquivo, em que prevalece o direito de propriedade, mas que não dá conta da natureza dos documentos que compõem o conjunto. O que se verifica na prática é que a maior parte dos arquivos privados pessoais apresenta documentos não apenas de interesse público mas públicos em sua origem: documentos que, pela inexistência de uma legislação específica, acabaram sendo incorporados ao arquivo privado de algum político ou administrador, enquanto deveriam ter permanecido como documento público. Trata-se, então, de deslocar o eixo da discussão do âmbito jurídico para o da natureza dos documentos, ou seja, para a definição do que é um documento público, quando um documento deve ser considerado público etc.

> "Uma questão, para o usuário, sempre aparece. Aquilo que foi assinado, aquela notinha, aquele papelzinho, aquela carta que ele (o ator político/titular do arquivo) mandou, que ele recebeu, e assim por diante, são dele? Ou são da nação? O papel que leva um logotipo ou um carimbo, que tem uma assinatura embaixo do ocupante do cargo público, passa a ser um documento nacional. Na hora em que o ocupante do cargo, presidente, ministro, chefe, coordenador, etc... faz a limpeza das gavetas, porque passa o cargo ou porque foi expelido do cargo... até onde pode ir uma limpeza? Quer dizer, além de levar a caneta com o nome dele e as cartas pessoais que mandou para os amigos, o resto, e esse resto é o grande, fica aonde? Qual o direito dessa pessoa de levá-lo consigo, de destruí-lo, (ou até mesmo) de enviá-lo a um arquivo desconhecido..." (René Dreifuss, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987:172)

Em termos de arquivo, os políticos contemporâneos têm o mesmo comportamento que os de outras épocas, independentemente do país: os papéis decorrentes do exercício de um cargo, ou de um mandato são considerados como de sua propriedade particular, e são por eles guardados tendo em vista uma utilização presente ou futura.

Uma primeira tentativa de mudança foi esboçada em 1936, na França, através de projeto de lei que considerava pertencente ao Estado todos os documentos que tenham sido endereçados ou recebidos em decorrência do funcionamento dos poderes públicos e das instituições administrativas, e originados seja de representantes ou de agentes de uma coletividade pública, seja de particulares. Em outras palavras, considerava privados apenas os papéis que tivessem

sido produzidos ou recebidos por particulares enquanto pessoas privadas, e não em decorrência do exercício de mandatos ou funções oficiais. Este projeto contudo não chegou a ser votado, e até hoje os Arquivos Nacionais de França recebem em sua série de arquivos privados contemporâneos documentos provenientes do exercício das funções desempenhadas por um indivíduo (papiers de fonction) que, segundo sua importância, são mantidos junto com os demais documentos do titular, ou são transformados em um fundo anexo.

Nos Estados Unidos, durante cerca de 180 anos, os arquivos presidenciais foram considerados como propriedade privada dos presidentes, que assim dispunham livremente de seus papéis: a independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário garantida pela constituição norte-americana era estendida aos arquivos dos titulares destas funções, o que na prática, ao privatizar o conjunto documental, eliminava a dificuldade de fazer a separação do que era documento oficial do privado.

Em 1978, no entanto, após intensa campanha desenvolvida pela mídia em decorrência do Caso Watergate, era aprovado o Presidential Records Act, pelo qual os arquivos do presidente, a partir de 20 de janeiro de 1981, seriam considerados como de natureza pública, e como tal, pertencentes à nação americana. Além disso, retomando as recomendações da Comissão Nacional de Estudo dos Arquivos e Documentos das Autoridades Federais - criada pela Presidential Recordings and Materials Preservation Act, de 1974 - definia, de forma precisa os arquivos presidenciais, diferenciando-os dos pessoais:

> "os arquivos presidenciais são os documentos, em seu sentido mais amplo, produzidos ou recebidos

> pelo Presidente e seus colaboradores do Executivo, cuja função é auxiliá-lo no exercício de suas responsabilidades oficiais; os arquivos pessoais do Presidente e de seus conselheiros são os documentos sem ligação com a condução dos assuntos governamentais e sem efeito sobre eles". (Canavaggio, 1986:127)

A partir desse momento, portanto, os arquivos presidenciais passaram a ser propriedade do governo federal: após o término do mandato do presidente cabe ao Arquivo Nacional dos Estados Unidos a responsabilidade da conservação de seus documentos, bem como de sua transferência a uma biblioteca presidencial ou a um depósito público federal.

No Brasil, contudo, a situação não se mostra muito diferente da dos demais países. A inexistência de uma lei geral de arquivos, aliada à falta de tradição dos recolhimentos sistemáticos - que na prática poderiam ser efetuados mesmo sem esta legislação - ao Arquivo Nacional, criou uma dificuldade maior para a diferenciação do que é público e do que é privado. Raro é o político ou administrador público que, ao abandonar seu cargo, não esvazia as gavetas, levando para casa - quando não destrói - inúmeros documentos de natureza pública. Neste sentido, é comum, quando não freqüente, encontrar-se em arquivos privados pessoais documentação original - e não apenas cópias - produzida e recebida no exercício de uma função pública, ou de um mandato eletivo, que deveria se encontrar nos depósitos dos órgãos de origem, aguardando recolhimento ao Arquivo Nacional.

A primeira tentativa de mudança foi esboçada em 1981, através de anteprojeto de lei dispondo sobre a política nacional de ar-

quivos públicos e privados. Este anteprojeto, que não chegou a ser votado, considerava arquivo privado o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas. Como se pode observar, esta definição não elimina a questão do documento de natureza pública indevidamente apropriado pelo ocupante do cargo.

Três anos depois, tendo em vista o impasse gerado por este anteprojeto, foi apresentado um outro, que objetivava mais a questão dos arquivos privados: são privados quando a produção e acumulação de documentos decorrem do exercício de atividade privada específica por parte de pessoas ou entidades não governamentais. Ao limitar a origem do documento ao exercício de atividade privada específica, este anteprojeto exclui, de modo bem claro e objetivo, aqueles documentos originados/acumulados no exercício de atividade pública ou política. Se por um lado nos pareça que a condução da discussão ganha maior objetividade, por outro, inviabiliza a acumulação de documentos privados durante o exercício de funções públicas. Neste sentido, nos parece que a posição adotada pelos norte-americanos se aproxima mais da realidade, ao admitir a possibilidade de formação de um arquivo privado simultaneamente ao exercício de uma função ou mandato: basta que o documento não tenha qualquer relação ou efeito sobre o exercício de deveres constitucionais, estatutários ou de outra ordem oficial ou cerimonial do presidente". (Peterson, 1987)

De qualquer modo, não há apenas a necessidade de se regulamentar a questão com a aprovação de uma lei de arquivos para o Brasil. Torna-se necessário também que se desenvolva todo um programa de conscientização junto à classe política e aos funcionários

públicos, de modo que, ao se afastarem de um cargo, ou ao término de seu mandato, levem consigo apenas aqueles documentos de caráter estritamente pessoal. Caso contrário, pelo menos quanto a este aspecto, a lei não sairá do papel.

A inexistência destes dois fatores, de certo modo, veio a supervalorizar a criação de centros de documentação privada, uma vez que permitiu a seu usuário - o pesquisador em história e ciência política, principalmente - ter acesso a documentos públicos não recolhidos aos depósitos públicos. Por outro lado, deve se considerar também a possibilidade de que alguns destes documentos (originais ou cópias) de natureza pública que se encontram em instituições privadas, caso tivessem sido recolhidos ao Arquivo Nacional, estariam sujeitos a prazos para a desclassificação. Nestes casos, o acesso a estes documentos se daria logo após o término da organização do arquivo, uma vez que, em se tratando de acervos de instituições privadas, as restrições de acesso, quando existem, são decorrentes da vontade do titular do arquivo ou de seus descendentes, e via de regra estão condicionados a questões que afetam mais diretamente a imagem do titular, seja no âmbito profissional seja no pessoal/familiar. Além disso, no ato da restrição, dificilmente fica estabelecido o período de sua vigência.

Se durante a maior parte de nossa história esta falta de consciência acabou, de certo modo, por garantir a preservação de documentos de caráter histórico produzidos pela administração pública, principalmente pela pouca importância dada pelo Estado ao Arquivo Nacional - o que se traduzia em precariedade de verbas, instalações e pessoal -, o momento hoje é outro. Com o programa de modernização implementado a partir de 1980, esta instituição não

apenas resolveu seu problema de espaço, como também conta hoje com pessoal tecnicamente qualificado, que tem lhe permitido desenvolver junto à administração pública federal todo um trabalho visando a racionalização da produção documental, de modo a garantir a preservação dos documentos que virão a ter valor permanente.

Em um primeiro momento, pode parecer que a adoção e aplicação de critérios diferenciadores entre documento público e privado implicaria no esvaziamento dos arquivos pessoais, e conseqüentemente do acervo das instituições arquivísticas que deles se ocupam, como o CPDOC. Se por um lado não se pode negar este tipo de ocorrência, por outro, é necessária a relativização de seus efeitos. Afinal - tomando por base o próprio acervo do CPDOC -, é considerável a documentação de caráter pessoal e extra-oficial, em que são abordadas as questões públicas, políticas e administrativas.

Na realidade, seria mais uma questão de considerar tal tipo de acervo arquivístico como complementar ao que se encontra recolhido aos arquivos públicos, e não como substitutivo - o que geralmente ocorre, a partir do momento em que a documentação pública não vem sendo regularmente recolhida a eles. Até hoje, o que se verifica é o usuário pesquisando em arquivos privados não somente pelo conjunto global da documentação que um determinado fundo pode lhe oferecer, mas também (e, em muitos casos, principalmente) porque tem a certeza de que neles encontrará documentos oficiais que já deveriam ter sido recolhidos ao arquivo público, seja na esfera federal, estadual ou mesmo municipal.

A inclusão de documentos de caráter público acaba não apenas por supervalorizar a importância histórica de um arquivo privado, mas, principalmente, por camuflar seu real valor enquanto tal:

com freqüência, são doados arquivos pessoais que, caso se fizesse um "expurgo" dos documentos oficiais, teriam reduzido ou nenhum valor histórico. Trata-se, portanto, das instituições privadas racionalizarem sua política de recebimento de arquivos, restringindo-a àqueles que realmente possuam valor histórico enquanto arquivo privado, o que lhe permitiria o melhor emprego do espaço, e das verbas para pessoal e preservação. Em uma instância maior, trata-se também do próprio Estado poder racionalizar a distribuição das verbas destinadas à preservação da memória documental do país, sem incorrer na duplicação de esforços e gastos.

Referindo-se à importância dos arquivos privados pessoais/familiares para a história, Bertrand e Geneviève Gille afirmam que:

> "...a história política do séc. XVIII não poderá ser reescrita enquanto não forem organizados os papéis de todos os ministros, que na maioria das vezes ficou com seus descendentes. Os arquivos privados são igualmente indispensáveis para uma melhor compreensão da história diplomática. Ao lado da correspondência oficial conservada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, é fácil de se perceber o interesse das cartas ditas 'particulares' que reforçam a posição oficial do embaixador, de seu ministro ou de um diretor do ministério, permi
> posição do diplomata, seus contatos mais ou menos secretos, suas informações confidenciais, os motivos das decisões". (Gille & Gille, 1970:412)

O mesmo se dá com relação à história econômica, financeira, das mentalidades etc. Trata-se, portanto, de reforçar o cará-

ter de complementariedade do arquivo privado, em relação ao acervo público. Somente através de consultas a este tipo de arquivo poderá o pesquisador detectar alianças, articulações, motivações, entre outros, que não foram oficialmente registradas, e que conseqüentemente não constam da historiografia tradicional.

2. HISTÓRICO DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, foi criado em 25 de junho de 1973, por intermédio da portaria de nº 76 da presidência da Fundação Getúlio Vargas, que ainda o subordinava administrativamente ao Instituto de Direito Público e Ciência Política-INDIPO. Contava então com o arquivo de Getúlio Vargas e um pequeno núcleo técnico (um pesquisador, um documentalista e quatro estagiários), que se ocupava da organização dos papéis do ex-presidente.

A doação de novos conjuntos documentais, gerou não apenas o crescimento do Centro, como também a reavaliação de seus objetivos. Em pouco tempo, a instituição já se propunha a atingir uma dupla finalidade: "reunir, organizar, preservar e colocar à disposição de pesquisadores um acervo histórico-documental, e, ao mesmo tempo, empreender sua própria atividade de pesquisa." (Franco, 1977) Definia-se deste modo o perfil atual do CPDOC.

A partir de 1986, o Centro passou a contar com autonomia administrativa em relação ao INDIPO.

2.1. O CPDOC e o momento de sua criação

A década de 1960, no que diz respeito à pesquisa histórica, foi marcada pelo fenômeno do brasilianismo, quando o interesse dos norte-americanos se traduziu em numerosos financiamentos para a

realização de pesquisas sobre o Brasil. Motivadas inicialmente pela surpresa da revolução cubana (1959) - que desperta as agências de financiamento e as universidades norte-americanas para a necessidade de conhecer a América Latina e assim melhor avaliar a política externa dos EUA - grandes levas de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, e, principalmente, historiadores passam a vir para cá com o objetivo de explicar a história política e econômica do país, estabelecendo assim seu perfil enquanto nação.

Somente no final da década, contudo, os brazilianists[1] se fazem presentes na grande imprensa, quando da edição maciça de seus livros aqui no Brasil. A questão centralizada pelas resenhas, no entanto, não era os brasilianistas e as idéias por eles lançadas, mas o brasilianismo, chegando algumas a a sobre a extensão do interesse mais geral dos norte-americanos pelo Brasil.

Pouco a pouco, "brasilianista" deixou de ser uma designação temática, tornando-se um rótulo com forte conotação pejorativa empregado pela imprensa, para quem a polêmica era a disputa entre os estrangeiros e os nacionais, ou seja, entre os brasilianistas e os intelectuais e a comunidade acadêmica brasileira. Freqüentemente é colocada em dúvida a qualidade científica dos trabalhos por eles desenvolvidos; sua condição privilegiada em relação aos brasileiros, na medida em que possuem generosas verbas para a pesquisa e têm acesso a arquivos tradicionalmente fechados a estes. O elogio, quando ocorre, é sempre relativizado, principalmente em função do

---

1. Noção empregada pela primeira vez em 1969 por Francisco de Assis Barbosa, na apresentação de Brasil: de Getúlio a Castelo, livro de Thomas Skidmore, e que acaba sendo adotada pelos próprios norte-americanos.

brasilianista, sendo que um dos aspectos mais destacados é o ineditismo de certos trabalhos, ou seja, de novas frentes de pesquisa a serem exploradas.

A partir dos anos 70, verifica-se que, se por um lado os intelectuais fazem apresentações elogiosas aos livros dos brasilianistas, por outro, a imprensa alerta para o "perigo de invasão". (Massi, 1988) Em matéria publicada na revista Veja (nº 168, de 24 de novembro de 1971), entitulada "A história do Brazil: o passado do país está sendo escrito em inglês", o jornalista Élio Gaspari afirmava:

> "Os pesquisadores americanos, em dez anos de trabalho, fizeram um levantamento completo da história do Brasil... Os integrantes dessa comunidade - os chamados 'brazilianists' - levantaram questões rigorosamente genéricas... ou então dados minuciosos... Sempre que a pesquisa envolve assuntos politicamente delicados parece que um estrangeiro é mais bem recebido... os americanos também são vistos como terríveis agentes da CIA, ladrões de arquivos secretos e devassadores de uma intimidade que deveria ficar oculta..."

Ou ainda, segundo Fernanda Massi:

> "Um artigo assinado por Nélson Werneck Sodré, publicado no terceiro número de Movimento (de 21/jul./1975), pode ser definido como um 'concentrado' de todo tipo de crítica dirigido aos brasilianistas: a perigosa invasão do Brasil por pesquisadores norte-americanos, os trabalhos 'encomendados' de certos brasilianistas, a acumula-

> ção desnecessária de dados, o privilégio de estrangeiros a terem acesso a arquivos brasileiros". (Massi, 1988:18)

Na realidade, por detrás de todo este discurso ideológico envolvendo a produção brasilianista, verificava-se o início de um processo a que René Dreifuss (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987) chamou de "vivificação da memória": primeiro a sua "desarteriosclerização", para em seguida alimentá-la.

A questão da preservação da memória nacional durante muito tempo ficou restrita aos monumentos da nação. Somente em 1946, com a aprovação da nova Constituição, foi introduzida a proteção ao patrimônio documental. Esta preocupação contudo não chegou a traduzir-se, em termos práticos, em medidas que capacitassem o Arquivo Nacional dos recursos financeiros e técnicos - como uma lei geral de arquivos, que até hoje não foi aprovada - necessários não apenas para garantir a preservação e conservação dos documentos sob sua guarda, mas também o próprio recolhimento aos seus depósitos da documentação produzida pela administração pública federal. Até o final da década de 1950 e início da de 1960, a preocupação com a memória documental contemporânea brasileira ficava restrita a algumas poucas vozes, como José Honório Rodrigues. De resto, as atenções voltavam-se quase que exclusivamente para a documentação pública relativa à Colônia e ao Império, sob a guarda não apenas do Arquivo Nacional, mas também de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, o Museu Imperial de Petrópolis (RJ), além dos arquivos públicos e institutos estaduais.

A partir do final da década de 1960 acentuou-se o descom-

passo entre os novos interesses da pesquisa histórica brasileira, cada vez mais direcionada para os documentos do período republicano, e as condições oferecidas pelas principais instituições arquivísticas. E aí, não apenas a própria característica dos acervos - em sua quase totalidade, conforme já afirmamos acima, correspondia ao Brasil Colônia e Império - mas as próprias dificuldades enfrentadas por estas transformavam-se em obstáculos ao desenvolvimento dos trabalhos.

> "O Arquivo Nacional, criado em 1838, e os arquivos públicos estaduais e municipais, organizados somente após o advento da República, apresentavam problemas de natureza diversa, que dificultavam o desempenho de suas atribuições de recolher, preservar e dar acesso aos documentos oriundos dos órgãos da administração pública. A inexistência de um modelo sistêmico de arquivos, bem como a carência de recursos humanos e materiais contribuíram, entre outros fatores, para que os documentos gerados pelo poder público fossem descartados de forma arbitrária e recolhidos assistematicamente. Tal realidade dificultou e por vezes impediu o tratamento e acesso a um volume considerável de documentos, sobretudo os de períodos mais recentes". (Costa; Lobo; Moreira, 1986:3)

O fato é que, seja pela característica específica dos acervos, seja pelas dificuldades vivenciadas pelas instituições arquivísticas, as novas tendências da pesquisa histórica brasileira ressentiam-se da inexistência de uma política efetiva de proteção ao patrimônio documental da nação, incluindo-se a preservação dos ar-

quivos privados. Neste sentido, os centros de documentação que surgem ao longo dos anos 70 têm por objetivo principal a preservação dos documentos contemporâneos, especialmente os privados.

De um modo ou de outro, é inegável a importância dos trabalhos desenvolvidos pelos brasilianistas - quanto mais não seja pela divulgação de novos arquivos, ou de acessos até então vedados aos pesquisadores brasileiros - neste processo de "vivificação" da memória. Tal importância se torna mais nítida quando se fala de arquivos pessoais de políticos. Pouco consultados pelos pesquisadores brasileiros - a grande exceção foi Hélio Silva, com o seu Ciclo de Vargas - estes arquivos tiveram sua existência ratificada pelos brasilianistas, que também alertaram o meio acadêmico e a sociedade como um todo para a importância deste tipo de fonte na construção da história do Brasil recente, facilitando de certo modo a criação dos primeiros Centros de documentação, como o Centro de Memória Social Brasileira - CMSB, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972) e o próprio CPDOC.

O primeiro sinal deste despertar da sociedade para a necessidade de preservar a memória recente do povo brasileiro se fez notar em 1971, quando membros da Comissão Histórica das Forças Terrestres Nacionais determinaram as primeiras providências para uma grande operação de levantamento de documentos dispersos pelas várias regiões do país. Para o desenvolvimento desta tarefa, a Comissão contou com o auxílio de estudantes universitários que participavam do Projeto Rondon.

Já em setembro do ano seguinte, era anunciada a contratação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES de Stanley Hilton (professor do Departamento de His-

tória do Williams College, de Massachusetts, EUA) para implantar e dirigir o Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, ligado ao Arquivo Nacional. Ao professor norte-americano caberia ainda o curso de Teoria e Prática da Pesquisa Histórica, do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, ficando seus alunos responsáveis pela pesquisa e catalogação dos documentos relativos ao período governamental de Getúlio Vargas, já depositados no Arquivo Nacional. Tal contratação foi justificada na época pelo diretor da instituição, Dr. Raul Lima, como único recurso para fazer frente à falta de verbas, bem como para despertar no estudante brasileiro o interesse pelo estudo da história recente do país. No total, seriam cerca de 210 baús contendo documentos administrativos do poder Executivo, referentes ao período de 1922 a 1959, além de alguns arquivos pessoais já doados ao órgão, como os de João Neves da Fontoura, Joaquim Pedro Salgado Filho e Bertoldo Klinger.

A reação da comunidade acadêmica já se fez sentir no mês seguinte, quando da realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Nesta ocasião, a polêmica ficou polarizada entre Stanley Hilton e Hélio Silva. Para o pesquisador norte-americano, "os historiadores brasileiros abandonaram a pesquisa da história contemporânea porque temem reação desfavorável ante a revelação de fatos que se preferia manter em segredo", o que era veementemente contestado pelo brasileiro: "...a observação não tem procedência e a prova é que os pesquisadores norte-americanos, quando chegam ao Brasil, procuram imediatamente os autores brasileiros de História Contemporânea do Brasil"[2]. Rebateu ainda a afirmação de Hilton, segun

2. Jornal O Estado de São Paulo, de 20/out./1972. In: Arquivo Corrente do CPDOC: história do CPDOC - artigos, entrevistas, reportagens.

do a qual "os textos de história contemporânea do Brasil terminam com o advento da República, e quando retratam o século XX, o fazem muito sumariamente", o que demonstraria o desinteresse dos historiadores brasileiros pelo período contemporâneo. No entender de Hélio Silva, não só este interesse existia, como encontrava receptividade por parte das famílias detentoras de arquivos de personalidades importantes, que até facilitavam a consulta a seus documentos.

O que se verificou nesta ocasião foi principalmente uma reação à decisão de entregar a um estrangeiro tal incumbência, ato que não apenas feria os interesses da história política nacional como também desvalorizava o pesquisador brasileiro, justamente no momento em que este profissional procurava se afirmar: em nenhum país do mundo ocorreria a possibilidade de se entregar a um estrangeiro o encargo de organizar documentos até então desconhecidos das autoridades nacionais, só se justificando caso constatada a ineficiência e incapacidade de seus profissionais em assumir tal encargo. Por outro lado, a própria realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia refletia a preocupação dos profissionais da área não apenas com o ensino da arquivologia no país, mas também com a segurança dos documentos oficiais e privados, e a implantação de novas técnicas voltadas para a preservação dos papéis.

Esta preocupação encontrava ressonância na própria ênfase à informação atribuída pelo governo federal em sua política científica. Segundo Regina Lúcia de Moraes Morel, "a intensificação das iniciativas de política científica nos fins da década de 60 (correspondia) ao fortalecimento do Estado". (Morel, 1979:56)

Neste sentido, a partir do governo do presidente Artur da Costa e Silva foram tomadas uma série de medidas visando promover

uma significativa mobilização de recursos - através de financiamentos do próprio governo e de agências e fundações estrangeiras - e dotar o aparelho estatal de uma estrutura institucional adequada. Entre elas, devem ser destacadas "...a estruturação das atividades de ciência e tecnologia em termos de Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT); a criação, em 1969, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); a estruturação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) enquanto Secretaria Executiva do FNDCT; a criação de uma Secretaria-Geral adjunta para Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Desenvolvimento Industrial na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral; a elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's); (e) a elaboração de Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT's)".(Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro, 1982: 152)

Esta ênfase à informação favoreceu, durante a década de 1970, a criação de centros de documentação voltados para a pesquisa histórica, área que até então não havia sido incluída entre as prioritárias. A partir de 1975, este movimento foi reforçado com a nova Política Nacional de Cultura definida pelo Ministério da Educação e Cultura, que, ao estabelecer a participação das universidades nas atividades de levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico, estimulou o surgimento de centros de documentação vinculados aos estabelecimentos federais de ensino.

Estas são as características internas do quadro em que é criado o CPDOC. Por outro lado, pode-se ainda observar que, em termos internacionais, o início da década de 1970 é marcado por um despertar da arquivologia para a importância histórico-documental dos

arquivos privados pessoais, movimento este que tem, entre outros marcos, a campanha dos Arquivos Nacionais holandeses para a aquisição da documentação privada de todos os ex-funcionários do governo que tivessem participado da independência da Indonésia (1972); (Bervoets, 1986) a retomada da campanha desenvolvida pelos Arquivos Nacionais de França para a aquisição de arquivos privados pessoais/familiares recentes (1973); bem como o acordo assinado entre esta instituição e a Fundação Nacional de Ciências Políticas - FNSP, visando o levantamento e conservação de arquivos pessoais e de partidos políticos de IIIª, IVª, Vª Repúblicas (1973). (Huart, 1974)

2.2. O perfil do Centro

A pretensão inicial do CPDOC foi basicamente a de se ocupar de arquivos privados de homens públicos, de modo a possibilitar a retomada do estudo da história do Brasil contemporâneo através de suas fontes primárias. Não havia, contudo, qualquer pretensão por parte da instituição de situar-se como uma alternativa à produção dos brasilianistas.

> "Recordo-me do esforço de minha mãe (Alzira Vargas do Amaral Peixoto) que organizava e administrava a consulta aos documentos deixados por meu avô (Getúlio Vargas). Na ocasião, eram inúmeros os pesquisadores que a procuravam, brasileiros como Hélio Silva e Luciano Martins, além dos já famosos brasilianistas. Como eu sabia que o filho de Osvaldo Aranha - Euclides - guardava a memória do pai, resolvi partir para a organização de uma instituição que pudesse reconstituir a trajetória da conjuntura do Brasil contemporâ-

> porâneo, tomando como marco inicial a Revolução de 1930 e seus antecedentes".[3]

Sua criação esteve portanto ligada a duas situações básicas. A primeira delas, foi a própria constatação da existência de arquivos privados de homens públicos, detentores de considerável potencial informativo para a história do Brasil contemporâneo, o que alertou para a possibilidade de existência de outros tantos arquivos cujos proprietários teriam também dificuldades para conservá-los, e cujo acesso não deveria se manter fechado por muito mais tempo a um público mais amplo. A outra situação foi a constatação do distanciamento do meio universitário brasileiro das fontes primárias, principalmente as mais recentes, e consideradas em sua conceituação mais ampla - qualquer tipo de registro da memória política e social: manuscrito, discursos, jornais, discos, fitas, filmes, fotografias.

Neste sentido, a criação do CPDOC veio a atender não apenas à preocupação com a preservação deste tipo de arquivo - que, por ainda se encontrar em mãos de particulares, se mostrava mais sujeito a desmembramentos e destruição -, mas também com a de possibilitar a retomada do uso de fontes primárias na elaboração da história recente do país.

De modo a objetivar sua atuação, o CPDOC delimitou sua linha de acervo no período que se inicia com a Revolução de 1930 e seus antecedentes, tendo por alvo os arquivos privados de homens pú

---

3. Declaração de Celina Moreira Franco a Virgílio Moretzsohn Moreira. Fatos e Fotos: gente, Brasília, 867, 1978. p. 20.

blicos: através da documentação privada de políticos, militares, administradores etc., é possível obter-se um outro tipo de informação, diferente das obtidas nos arquivos oficiais, e até mesmo localizar-se alianças, tramas e composições não identificadas pela historiografia.

Neste primeiro momento, a principal dificuldade foi vencer a resistência dos proprietários deste tipo de arquivo em doar seus documentos a uma instituição nos moldes do CPDOC, que se responsabilizasse pela organização, preservação e divulgação de seus acervos. Situação política à parte - afinal o país ainda se encontrava sob o regime militar, o que sem dúvida criava inibições -, esta resistência na realidade retratava uma situação bastante concreta: "o brasileiro ainda não (estava) familiarizado com a idéia de doar seus documentos a instituições".[4] À falta de uma política organizada de conscientização da sociedade para a importância da preservação dos arquivos privados pessoais - nos moldes da que vem sendo desenvolvida na França pelos Comitês de Salvaguarda (Huart, 1974; e Sablou, 1974) -, o que se tornou vital neste primeiro momento foram os contatos pessoais, que acabaram por garantir a doação de arquivos de antigos colaboradores de Getúlio Vargas. Pouco a pouco, o CPDOC acabou por tornar-se uma espécie de pólo de atração deste tipo de arquivo.

Mas se seu objetivo inicial era restrito ao recebimento, organização, preservação e acesso aos arquivos privados pessoais, em pouco tempo suas perspectivas se ampliaram, muito embora continuasse sem pretensão de se tornar alternativa à produção brasilia-

---

4. Entrevista de Celina Moreira Franco a Veja, nº 449, 13 de abril de 1977. p. 4.

nista. A mudança surtiu em decorrência da organização do arquivo de Getúlio Vargas, quando constatou-se a total falta de informações sistematizadas, e a equipe por ela responsável viu-se obrigada a desenvolver dois tipos de pesquisa: a de conteúdo, que investigava os temas citados nos documentos; e as fichas de identidade, levantamentos com dados biográficos das pessoas também citadas.

Já no início de 1974, o CPDOC encontrava-se estruturado com dois núcleos, o de Documentação (incluindo Arquivo, Audiovisual e Biblioteca e Informação), e o de Pesquisa (Pesquisa e História Oral), cujo programa visava auxiliar a organização dos arquivos. Poucos meses depois, era dado início ao projeto especial do Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. Desde então, a instituição definia para si um duplo objetivo: reunir, organizar, preservar e dar acesso a arquivos privados de homens públicos que se destacaram a partir de 1930, e desenvolver sua própria atividade de pesquisa.

Com a expansão de suas atividades, os dois núcleos iniciais foram reestruturados, transformando-se em setores, e aos quais se juntaram o de História Oral; em seguida, o de Editoração e Informação (hoje, Editoria de Pesquisa Histórica), e, com a conclusão do projeto do Dicionário (1984), o do projeto especial sobre a história do estado do Rio de Janeiro.

O fato de ter associado documentação e pesquisa fez com que o trabalho desenvolvido pelo CPDOC ganhasse dimensões significativas, podendo mesmo ser considerada uma experiência pioneira. Na realidade, o que se via até então eram centros exclusivamente de arquivos, ou aqueles que, em decorrência das diferentes pesquisas desenvolvidas, acabavam por constituir acervo arquivístico basica-

mente composto de cópias xerox ou microfilmes.

O próprio objeto de trabalho - arquivos privados de homens públicos - bem como o formato institucional adotado - com o Setor de Documentação dividido em subsetores, de acordo com o suporte - também reforçaram este sentido do novo, do pioneirismo, obrigando o CPDOC a buscar no exterior algumas experiências que suprissem a inexistência de bibliografia específica, servindo assim de modelo. Neste sentido, a experiência francesa com arquivos privados familiares e pessoais serviu de subsídio metodológico, enquanto que a conceituação norte-americana de documento de arquivo, empregada principalmente pelas bibliotecas presidenciais, e que privilegia cada um dos suportes documentais, foi adotada para a organização interna do Setor de Documentação, dividido em Arquivo, Biblioteca e Audiovisual.

Há que se ressaltar, contudo, que não havia então, como ainda não há hoje, qualquer intenção de se reproduzir no CPDOC o modelo das bibliotecas presidenciais norte-americanas. Não houve, quando da criação do CPDOC, qualquer pretensão de transformá-lo em um Centro dedicado a Getúlio Vargas e seu período de governo, muito embora seu arquivo tenha sido o primeiro a ser doado. Neste sentido, a finalidade básica que orientou sua criação foi o recebimento de arquivos privados de homens públicos - presidentes, ministros, formuladores de políticas, parlamentares etc. - que tivessem atuado politicamente no período que se inicia em 1930.

Foi portanto a própria especificidade de seu acervo que tornou necessária a adaptação pela equipe de documentação de metodologias estrangeiras, por fim concretizada na elaboração do primeiro manual de procedimentos e técnicas a serem adotados na organização de arquivos privados pessoais.

A repercussão da experiência desenvolvida pelo CPDOC fez com que recebesse solicitações de consultas técnicas, cursos, e assessorias, algumas delas tendo resultado na criação de novos centros de documentação. A mais significativa destas colaborações foi o contrato de prestação de serviços técnicos especializados assinado com o Ministério da Justiça, tendo em vista a implantação do Programa de Modernização Institucional-Administrativa do Arquivo Nacional, sob a coordenação geral da responsável pelo Setor de Documentação do CPDOC.

2.3. A evolução metodológica

Conforme já afirmamos anteriormente, quando da criação do CPDOC, a equipe de documentação deparou-se com a inexistência no Brasil de literatura arquivística específica que atendesse ao tipo de acervo recebido pela instituição, assim como ao interesse apresentado pelo pesquisador que dele faria uso. Esta realidade fez com que se buscasse nas experiências desenvolvidas em outros países - basicamente na França - os subsídios necessários para a definição de uma metodologia própria para a organização de arquivos privados pessoais. Não é nossa intenção fazer aqui uma análise comparativa detalhada de sua evolução, o que pode ser mais facilmente evidenciado através da leitura das duas edições de Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos, de 1980 e 1986. Procuraremos, sim, estabelecer as grandes linhas que marcaram esta evolução técnica ao longo dos quase 17 anos de existência do Centro.

Durante os dois primeiros anos de experiência do CPDOC a

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INDIPO/CPDOC

equipe do Setor de Documentação dedicou-se à organização dos arquivos de Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, de cuja experiência resultou a definição dos primeiros procedimentos técnicos a serem adotados na organização de acervos privados pessoais. Ao longo deste trabalho, a preocupação básica foi sempre preservar, tanto quanto possível, o arranjo original de cada um dos fundos, sem que com isto os princípios básicos da arquivologia e sua própria utilização futura fossem relegados a um segundo plano. Neste sentido, tendo em vista a tentativa de conciliação destes três objetivos, verificaram-se algumas reformulações no trabalho, sempre em busca da abordagem adequada para o tratamento de arquivos privados pessoais.

Da metodologia resultante desta experiência, são dois os pontos básicos a serem destacados: a questão da definição do arranjo a ser adotado, e o tratamento dado à documentação, principalmente em termos de descrição.

Muito embora o primeiro manual técnico definido pela equipe do Setor de Documentação não determinasse esquemas rígidos de arranjo, na prática verificava-se a preferência pela definição de séries segundo o tipo de documentos, em grande parte pela própria semelhança de trajetória dos titulares dos primeiros arquivos organizados: em geral, de políticos que ocuparam funções executivas. Assim sendo pode-se observar quase que um arranjo padrão, composto das séries Correspondência (subdividida em Política e Diversa), Documentos Pessoais, Produção Intelectual, Recortes de Jornais, além das séries Fotografias, Filmes e Discos. Na realidade, tratava-se de privilegiar o aspecto político do arquivo, de vez que a Correspondência Diversa (ou Miscelânea) não chegava a integrar o inventário analítico, sendo seus documentos apenas colocados em ordem cronológica e computados quantitativamente.

O recebimento de novos arquivos, principalmente de arquivos cujos titulares tiveram trajetória diversa daquela até então predominante, acabou por gerar uma diversidade quanto aos arranjos adotados. Arquivos como os de Anísio Teixeira, Bertoldo Klinger, Gustavo Capanema - este inclusive, com cerca de 200 mil documentos, por seu próprio volume - e Lourenço Filho acabaram por promover uma maior flexibilidade na definição do arranjo.

Seus titulares, mais do que uma atuação essencialmente política, dedicaram-se à formulação de políticas, ou então dedicaram-se a atividades outras. No caso do arquivo Bertoldo Klinger, por exemplo, além da série Geral (basicamente correspondência), foram criadas outras, relacionadas com cada uma de suas publicações: É porque é; Família Ritter; Narrativas Autobiográficas, Ortografia Simplificada Brasileira, Parada e Desfile, Os Rezingões etc. Já para o arquivo de Lourenço Filho, a alternativa foi criar uma série Grandes Temas, onde foram estabelecidos dossiês referentes às instituições em que o titular atuou - como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP; o Instituto de Pesquisas Educacionais-IPE; e a Universidade do Distrito Federal-UDF -, ou assuntos ligados à educação - como literatura infantil, alfabetização de adultos, ou orientação de treinamento de alunos-mestres. O arquivo Gustavo Capanema, por exemplo, apresenta um arranjo predominantemente funcional, definido inclusive de modo a atender à própria organização inicial apresentada, que refletia a lógica da acumulação do titular. Por outro lado, o arquivo de Anísio Teixeira acabou por introduzir, na Série Correspondência, dossiês por correspondentes, organização esta até então feita exclusivamente de modo cronológico.

Tratou-se, portanto, de adequar o arranjo à realidade es-

pecífica de cada arquivo, o que se traduziu, de certo modo, no abandono dos arranjos fixos, pré-estabelecidos, em detrimento de uma maior flexibilidade, que retratasse, da melhor maneira possível, a trajetória política e/ou profissional do titular. Neste sentido, inclusive, chegou-se a incorporar documentos que antes integrariam as séries Produção Intelectual e Trabalhos de Terceiros nas respectivas séries funcionais e/ou temáticas, de modo a obter um conjunto de séries o mais representativo possível da trajetória do titular: esta opção evita a pulverização de sua atuação em determinado cargo ou função, possibilitando, assim, ao usuário uma melhor visão do conjunto. Por outro lado, até mesmo a série Correspondência Diversa acabou por assumir características próprias, transformando-se na série Diversos: na realidade, não se trata de documentos de menor importância, mas sim daqueles que, pelos critérios definidos pelo arranjo, não se enquadram nas demais séries.

Tal adequação, no entanto, só se fez necessária a partir do momento em que se verificou a própria diversificação do acervo da instituição, ou seja, a partir do momento em que se ampliou o universo de fundos recebidos: se antes praticamente restrito a arquivos de pessoas que exerceram alguma função executiva, pouco a pouco o acervo da instituição foi incorporando documentação de militares, administradores, formuladores de políticas, e políticos em geral, o que forçou o movimento de diversificação.

Um outro aspecto que gostaríamos de abordar, com relação à evolução metodológica, diz respeito ao tratamento dado à documentação, principalmente em termos da descrição.

Buscando facilitar o trabalho do usuário, dando-lhe condições de melhor recuperar o teor das informações contidas em cada

documento e assim selecionar os de seu interesse, o Setor de Documentação estabeleceu inicialmente o tratamento peça a peça da documentação sob a guarda do CPDOC. Neste mesmo sentido, optou pela elaboração de inventários analíticos, com o resumo individual das unidades documentais, onde, além da espécie do documento, informa-se o usuário sobre o remetente, destinatário e o teor do documento. Foi uma opção em muito calcada na tradição da arquivística francesa, e que orientou principalmente a organização dos dois primeiros arquivos, Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, que possuem pouquíssimos dossiês.

No entanto, à medida que crescia o número de arquivos doados ao Centro - alguns deles, inclusive, como o de Gustavo Capanema, de proporções bem maiores do que os primeiros - colocou-se para a equipe uma questão bastante objetiva: como agilizar a organização dos arquivos, de modo a possibilitar sua utilização pelo pesquisador em um prazo menor de tempo, sem que com isso houvesse perda das informações contidas nos documentos. O resumo individual, embora propicie ao usuário uma visão mais detalhada, na prática apresenta alguns problemas: é uma tarefa mais trabalhosa, e portanto lenta, que exige grande capacidade de síntese por parte do profissional de arquivo; por outro lado, indica o assunto de forma pulverizada, o que exige do pesquisador exaustiva busca no inventário dos documentos, dispersos, relacionados com seu objeto de pesquisa.

A solução encontrada foi a formação de dossiês, sejam eles temáticos ou por correspondentes. Afinal, ao pesquisador interessa, antes de mais nada, que os fundos privados sejam acessíveis o mais rapidamente possível, e que, à falta de um instrumento de trabalho detalhado, aprofundado, exista um que lhe permita o acesso

imediato aos documentos. Se por um lado, o usuário, ao consultar o inventário, perde o passo a passo dos documentos - quando então poderia selecioná-los individualmente, seja pelo assunto, seja pelos correspondentes ou data -, por outro, ganha em agilidade: na maior parte das vezes, ao chegar à sala de consultas, o pesquisador já tem em mente qual o arquivo que deseja consultar - muito embora a leitura do Guia do acervo CPDOC possa ampliar este quadro -, tema, ou período. Neste sentido, inclusive, a alteração do procedimento técnico não representa grande perda, de vez que na apresentação dos inventários é informado ao usuário o tipo de arranjo dado, as possibilidades de interrelação entre as séries etc.

Em termos de arquivos privados pessoais, a substituição da descrição peça a peça pela descrição em dossiês foi importante passo para apressar a liberação de novos conjuntos documentais. Como se trata de fundos sensivelmente menores do que aqueles recolhidos a uma instituição pública, possivelmente o próximo passo neste sentido seja o desenvolvimento de projetos que possibilitem a aplicação da informática na recuperação das informações contidas em cada documento. Algo como apenas ordená-los cronologicamente, ao mesmo tempo em que se elabora uma planilha com informações como autor(es), data e os descritores - com base em uma linguagem controlada previamente estabelecida - que o documento sugere, passando a recuperação da informação a ser feita automaticamente, pelo computador. Tal sistema implicaria na redução drástica do tempo necessário para a organização de um arquivo, ao evitar o estudo para a formação de dossiês, bem como a própria elaboração dos instrumentos de pesquisa, além de permitir a simplificação da codificação, que poderia ser reduzida à sigla do arquivo e uma numeração seqüencial. A ado-

ção de tal sistema, além de exigir estudos sobre sua aplicabilidade, em termos de informática, apresenta outras dificuldades, estas de ordem financeira: salas de consulta com microcomputadores; multiplicidade de disquetes-inventários, que permitam o acesso simultâneo a vários usuários, além de pessoas capacitadas para prestar este tipo de atendimento. Portanto, dificuldades que impedem a adoção, em um futuro próximo, desta alternativa pelas instituições de arquivo do país; mas, caso adotado, representaria praticamente o retorno à tradição francesa do tratamento peça a peça.

Em termos da evolução da metodologia aplicada pelo CPDOC ao tratamento de arquivos privados pessoais, nos parece que estas duas transformações foram as mais significativas, e representam o contínuo movimento por parte do profissional de arquivo para a adequação ideal das técnicas arquivísticas às características de cada acervo e às necessidades de seus usuários.

3. ESTUDO DE CASO: O ARQUIVO ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO

3.1. O que é um arquivo privado de um homem público

Antes de darmos início ao estudo do arranjo definido para o arquivo Ernâni do Amaral Peixoto - EAP, torna-se necessário que façamos uma análise do que realmente compreende um arquivo privado de homem público, em especial quanto ao que diz respeito à lógica que orienta sua acumulação.

É inegável o caráter probatório que reveste, já em sua origem, um arquivo administrativo de valor permanente. Antes mesmo de sua utilização como fonte histórica, seus documentos já possuem um valor probatório determinado quando de sua criação, seja em termos da atuação do Estado, dos direitos do cidadão, de uma empresa, ou ainda de uma entidade religiosa. Neste sentido, podemos mesmo afirmar que estes tipos de arquivo caracterizam-se, antes de mais nada, pela imparcialidade que orienta a produção e acumulação dos documentos: de um modo ou de outro, sua origem visa, antes de mais nada, atender às exigências impostas pela lei.

O mesmo, no entanto, não ocorre em relação a um arquivo privado pessoal - em sua acepção mais ampla, e não apenas os de políticos -, onde, por não haver a obrigatoriedade de guardar, a acumulação assume não apenas um peso maior em seu processo de geração, mas também, e principalmente, uma característica de parciali-

dade:[5]

> "... a lógica do arquivo não reside nos documentos, mas na pessoa, o sujeito que os seleciona e arranja. Não é a produção do documento que interessa, mas a constituição da acumulação. Esse homo cumulator não é somente o funcionário que junta os documentos, mas o titular, a pessoa física ou jurídica que produz fatos e situações que tornam-se socialmente relevantes e mereçam ser retidas." (Vianna; Lissovsky; Sá, 1986:66)

Em outras palavras, além da função de subsidiar sua atuação, os documentos se revestem de um outro nível de valor probatório, qual seja, o de comprovar a atuação do titular, segundo não os critérios legais - e, portanto, imparciais - que regulam os demais arquivos, mas critérios aleatórios, que variam de acordo com o momento e o homo cumulator. Tais critérios podem variar desde o senso histórico, precaução, pragmatismo político ou administrativo, até mesmo a vingança. No entanto, como elo comum, podemos encontrar o objetivo de monumentalização dos documentos como forma de eternizar a imagem do agente acumulador, o que, por si só já garante a perda da imparcialidade.

> "Um conjunto de documentos por mais significativo que seja para o enredo de um determinado as-

5. Ao empregarmos o termo parcialidade pretendemos caracterizar o processo de acumulação de um arquivo privado pessoal como algo essencialmente seletivo, com critérios aleatórios, que variam de acordo com o momento e com o acumulador. Não estamos nos referindo, portanto, a qualquer tipo de adulteração do documento ou da informação nele contida.

> sunto, representa sempre o vínculo pessoal que o arquivador mantém com o mundo, não se confundindo com este pela parcialidade inerente ao recorte que o arquivador opera na totalidade." (Vianna; Lissovsky; Sá, 1986:68)

É este objetivo de monumentalização que muitas vezes explica a dissonância que se encontra entre o conjunto de documentos acumulados e a trajetória política de seu agente acumulador, ou seja, a não correspondência - para mais ou para menos - entre o volume acumulado e o nível de atuação deste. Mais ainda. A própria existência desta dissonância acaba por traduzir o tipo de preocupação que orientou o processo de acumulação do arquivo: se uma tendência, por parte de seu titular, a supervalorizar sua imagem, ou em sentido contrário, a esvaziar uma atuação controvertida, escusa, de modo a manter intacta sua imagem.

Esta dissonância traduz também a seleção - diferente da que é usualmente realizada nos arquivos públicos, quando se elimina os documentos supérfluos, portanto, sem valor permanente - a que é submetido o conjunto documental. Na realidade, um duplo processo seletivo, pois além da que se verifica ao longo da acumulação é realizada uma outra, esta já definitiva, quando da doação do conjunto documental a uma instituição de arquivo.

Segundo a lógica do acumulador, esta é a seleção mais importante, uma vez que a eternização de uma imagem só se processa, em termos concretos, a partir da doação, momento em que o arquivo privado pessoal assume sua condição de permanente. Em outras palavras, é quando a eternização da imagem deixa a esfera estritamente familiar para atingir a pública, e quando o conjunto documental al-

cança seu valor permanente, adquirindo o status social de arquivo. É neste momento que se faz necessária uma última "revisão" no arquivo, uma última seleção, uma vez que:

> "Só doa arquivo quem supõe que seus documentos vão configurar para a história o que o titular enquanto ator foi para a sua época. É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória não se exibe o que não se releva; não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem". (Vianna; Lissovsky; Sá, 1986:69)

Logo, se no arquivo público existe uma imparcialidade dos documentos - por prevalecer o ato formal, justificativa da própria origem do documento -, no arquivo privado pessoal esta imparcialidade, se não é inexistente, pelo menos encontra-se comprometida. De modo geral, o acumulador de documentos guarda, além de seus documentos pessoais - seus únicos documentos verdadeiramente probatórios -, apenas o que lhe interessa, seja como subsídio, seja para comprovar sua atuação em determinado momento/evento, seja até porque tem preocupação em guardar, ou senso histórico. Ou seja, ele guardará o que de um modo ou de outro é mais importante para si, ou para a preservação de sua imagem.

Mas quando se trata de dar publicidade a um arquivo pessoal - ou seja, de franqueá-lo ao público, principalmente ao doá-lo a uma instituição voltada à preservação da memória documental - não se verifica apenas esta tendência de preservação da auto-imagem. Verifica-se também, por parte dos herdeiros do acumulador, o intuito

de preservação dos mitos familiares, o que inevitavelmente implica em nova seleção, em alguns casos muito mais rigorosa do que a promovida pelo próprio titular.

> "A ação familiar não se exerce sem ônus para a integridade da coleção. A análise da documentação e a construção das redes de relação que contém permite identificar, flagrar as fissuras à sua lógica original. A ação dos parentes se evidencia nos parênteses que abre nas coleções. 'Resguardar' uma imagem, nesse sentido, pode significar estar erguendo outra. A vontade de erguer monumentos traz embutido o desejo de engrandecer a biografia do arquivador, mas este gesto não é desprovido de legitimidade, já que pode fundar-se no monumento que o próprio arquivador pretendeu erguer." (Vianna; Lissovsky; Sá, 1986:70)

Se, como pudemos observar, a seleção dos documentos se processa em diferentes níveis, o mesmo ocorre, paralelamente, com a perda da imparcialidade: primeiro, no próprio ato da acumulação; e em seguida, quando da doação do conjunto documental a uma instituição de arquivo, quando se verifica uma seleção feita pelo próprio titular, por seus familiares/descendentes, ou por ambos, em momentos distintos.

Mas é somente através da publicação[6] dos documentos - em que pese ser a fase em que se processa a revisão da seleção, e que se reforça a perda da imparcialidade - que um arquivo privado pes-

6. Termo empregado no sentido de tornar público, e não no de imprimir.

soal poderá readquirir a sua imparcialidade. Somente através do livre acesso que uma instituição de preservação de memória estabelece, este conjunto documental, de origem privada pessoal, poderá ser confrontado com outros fundos, públicos ou privados, e portanto recuperar a imparcialidade de seus documentos. Somente então terá o reconhecimento (ou não) de sua importância enquanto arquivo, como fonte histórica, e conseqüentemente adquirirá a dimensão de monumento. Monumento agora não mais voltado para a eternização de uma imagem, mas em seu sentido mais amplo, enquanto monumento documental de uma nação.

Afinal é através da documentação privada de políticos, militares, administradores, formuladores de políticas etc., que se torna possível obter um outro tipo de informação, diferente das obtidas nos documentos públicos - e portanto oficiais -, e até mesmo localizar tramas, alianças, rupturas e composições até então não identificadas pela historiografia. Portanto, a verdadeira monumentalização de um arquivo privado pessoal só se verifica, na realidade, quando se torna complementar às fontes documentais oficiais.

3.2. Breve notícia biográfica

Ernâni do Amaral Peixoto nasceu a 14 de julho de 1905, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, filho de Augusto do Amaral Peixoto e Alice Monteiro do Amaral Peixoto.

Formação e principais atividades: guarda-marinha pela Escola Naval do Rio de Janeiro (1927); engenheiro-geógrafo pela Escola Politécnica da mesma cidade; membro do Clube 3 de Outubro (1931); combate a Revolução Constitucionalista de 1932; ajudante-de-ordens

do presidente da República (1933-1937); interventor federal no estado do Rio de Janeiro (1937-1945); um dos fundadores do Partido Social Democrático - PSD em nível nacional e estadual (1945); presidente do PSD fluminense (1945-1965); deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 pelo PSD-RJ; deputado federal (1946-1950); transferido para a reserva no posto de capitão-de-fragata no início do governo Dutra; governador do estado do Rio de Janeiro (1951-1955); promovido na reserva a contra-almirante por sua atuação junto ao Serviço de Abastecimento, subordinado à Coordenação de Mobilização Econômica, durante a Segunda Guerra Mundial; presidente nacional do PSD (1952-1965); embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1956-1959); ministro da Viação e Obras Públicas (1959-1961) e do Tribunal de Contas da União (1961-62); ministro Extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa (1963); deputado federal pelo PSD-RJ (1963-1965); um dos organizadores do Movimento Democrático Brasileiro-MDB fluminense (1965); deputado federal pelo MDB-RJ (1965-1970); senador pelo MDB-RJ (1971-1979); um dos organizadores do Partido Democrático Social - PDS fluminense (1979); senador pelo PDS-RJ (1979-1988); presidente do PDS fluminense (1980-1981); 2º vice-presidente nacional do PDS (1983); presidente interino do PDS (1984); 1º vice-presidente nacional e presidente do PDS (1985).

Foi casado com Alzira Vargas do Amaral Peixoto, com quem teve uma filha. Faleceu em 12 de março de 1989.

3.3. Histórico do acervo

O contato inicial estabelecido com o senador Amaral Peixoto visando a doação de seu arquivo privado data de dezembro de 1975.

Contudo, a primeira remessa de documentos só foi entregue em agosto de 1979 e o contrato de doação assinado em 20 de junho de 1983. De lá para cá, foram enviadas ao CPDOC nove remessas de documentos, perfazendo um total de cerca de 70.000 registros, entre textuais (aproximadamente 60.000), visuais, sonoros e impressos.

O trabalho com o arquivo foi iniciado em outubro de 1983, com a limpeza e separação do material, segundo o suporte. Sua organização, contudo, ainda não pode ser concluída tendo em vista, principalmente, o grande volume de documentos entregues nas últimas remessas, uma por ocasião do afastamento do titular da vida pública (1988), e outra por ocasião de sua morte (1989).

A decisão de dar início à organização de um arquivo privado pessoal cujo titular ainda se encontrava em plena atividade deveu-se, antes de mais nada, a uma questão de estratégia política do próprio CPDOC. Até 1982, a maior parte dos arquivos entregues apresentava situação jurídica irregular, razão pela qual a direção do Centro decidiu intensificar sua ação junto aos doadores, de modo a obter deles a formalização da doação. Neste sentido, o início da organização dos arquivos cujos doadores se dispusessem a regularizar sua situação foi visto como medida de incentivo à assinatura de novos contratos.

Foram estas as condições que levaram a apressar o início da organização do arquivo de Ernâni do Amaral Peixoto - a partir de agora, arq. EAP -, muito embora o titular ainda se encontrasse em franca atividade política. Tecnicamente, contudo, esta situação poderia ser contornada com a definição de um corte cronológico para o fundo, encerrando-o em 1979, quando se inicia o segundo mandato de EAP como senador. Achávamos, na ocasião, que seria perfeitamente

possível organizar todos os documentos do arquivo até esta data, ficando o restante para quando de sua aposentadoria ou morte.

3.4. A especificidade do arquivo e o arranjo adotado

Sem dúvida alguma, uma das etapas mais importantes na organização de um arquivo, seja ele público ou privado, é aquela em que se define o arranjo a ser adotado, já que dele dependerá sua melhor utilização por parte do usuário da instituição.

Embora, em termos gerais, o tipo de documento que integra um arquivo privado pessoal seja, na maior parte das vezes, diferente daquele encontrado nos arquivos públicos - onde não se verifica tamanha diversidade -, a tarefa inicial dos arquivos em ambos é semelhante: enquanto um irá se debruçar - sozinho, ou com auxílio de historiadores - sobre a história administrativa do país para poder recompor a trajetória do órgão-fundo, o outro se debruçará sobre a história política, nacional e estadual, de modo não apenas a recuperar a trajetória do titular do arquivo - o que implica na elaboração de sua biografia -, mas também a adquirir instrumental para a melhor definição do arranjo; o enquadramento dos documentos nas séries pertinentes, e até mesmo para compreender historicamente determinados documentos, que isolados nada dizem. Em termos de arquivo privado pessoal trata-se, portanto, de criar o instrumental necessário para que seja possível, ao longo do trabalho, estabelecer a ligação de dados, como a data de um documento com a cronologia pessoal do titular, ou a cronologia política nacional e/ou estadual, de modo a "recuperar" sua historicidade.

No caso do arq. EAP, esta primeira etapa nos foi em grande parte facilitada por dois fatores circunstanciais: a existência de minucioso verbete biográfico elaborado para o Dicionário histórico-biográfico brasileiro (publicado em 1984) e de entrevistas realizadas com o senador pelo Setor de História Oral, vieram a abreviar em muito esta etapa de reconstituição da trajetória do titular.

Após um breve contato inicial com os documentos do arquivo, a equipe responsável por sua organização chegou a cogitar a adoção de um arranjo segundo os tipos de documentos. O exame mais detalhado do conjunto, no entanto, nos mostrou de imediato sua total inadequação: a grande diversidade de tipos documentais, aliada ao fato de que a documentação espelha fielmente a trajetória política do titular - inclusive em termos da simultaneidade de funções exercidas por EAP -, deu-nos a certeza de que a adoção deste tipo de arranjo implicaria na pulverização das informações contidas nos documentos, o que forçaria, em termos de descrição, a elaboração de um grande número de remissivas, dificultando assim sua utilização pelo pesquisador.

Excluída esta hipótese, começamos a avaliar a adoção de um arranjo predominantemente funcional - uma vez que a existência de séries como Documentos Pessoais, Produção Intelectual, Recortes de Jornais[7] e Diversos, presentes em quase todos os arquivos pessoais, impediria que fosse exclusivamente funcional -, o que, tendo em vista sua biografia, seria uma tarefa quase que simples, pela seqüên-

7. Os recortes de jornais, embora não sejam considerados documentos de arquivo constituem no CPDOC uma série entre os documentos textuais, uma vez que foram selecionados e acumulados pelos titulares.

cia ininterrupta dos cargos exercidos. Além disso, o próprio contato com os documentos já alertara a equipe para a certeza de que, qualquer que fosse o arranjo a ser adotado, deveria ser considerado o aspecto funcional, razão pela qual iniciou-se a separação dos documentos textuais segundo o critério dos cargos ocupados pelo titular: interventoria; deputado federal (1946-1950); governador do RJ, embaixador do Brasil nos EUA; ministro da Viação e Obras Públicas; ministro do Tribunal de Contas da União; ministro da Reforma Administrativa; deputado federal (1963-1970); e senador.

Contudo, à medida que começávamos a trabalhar cada uma das séries, e portanto realizando um exame mais detalhado dos documentos, nos deparávamos com alguns obstáculos que exigiram a alteração deste arranjo provisório, flexibilizando-o, de modo a abranger toda a documentação, e não apenas parte dela. Afinal, Amaral Peixoto não foi um político exclusivamente de mandatos/cargos, o que seria a base de qualquer arranjo funcional. Sua trajetória política ultrapassou, e em muito, o simples exercício de funções, atingindo níveis muito mais amplos e complexos.

O primeiro destes obstáculos diz respeito à superposição das funções, como um cargo executivo ou mandato eletivo e a presidência/liderança de um partido, que geravam documentos específicos. Deve-se ressaltar que boa parte destes documentos foram apenas acumulados por EAP enquanto presidente do partido - documentos estes recolhidos principalmente na sede do PSD, quando de sua extinção, em 1965 -, embora dirigidos e assinados por terceiros. A solução encontrada foi estabelecer séries que incorporassem todos estes documentos produzidos e/ou acumulados pelo titular no exercício de uma liderança que se estendeu de 1945, com a criação do PSD, até

seu afastamento da vida pública, e que portanto extrapolavam a questão do exercício puro e simples de uma função. Foi o caso das séries sobre o PSD-nacional, PSD-regional, MDB e PDS.

Na ocasião, chegamos mesmo a considerar a possibilidade de estabelecer séries também funcionais, que englobassem os documentos de caráter partidário produzidos e/ou acumulados por EAP. No entanto, logo nos demos conta de que, na realidade, tais documentos estavam muito mais próximos de um arquivo do próprio partido - isto é, em relação a cada um deles: PSD-nacional; PSD-regional; MDB e PDS - do que de um arquivo pessoal. Daí termos optado pela criação das séries temáticas, que, muito mais do que a atuação de EAP, atenderiam à de cada um dos partidos.

Um outro obstáculo verificado foi a existência de temas que perpassavam a vida do titular, e que se mostravam recorrentes - isto é, despertaram o interesse de EAP ao longo de sua trajetória política, como foi o caso do estado do Rio de Janeiro -, ou que, por sua importância, não podiam ser inseridos em uma série diversos, e ao mesmo tempo transcendiam à questão partidária e à funcional. Para solucionar o impasse que se estabelecera, criamos duas outras séries temáticas, a Estado do Rio de Janeiro e a Assuntos Nacionais.

A solução adotada foi portanto a definição de um arranjo misto, que aliasse séries temáticas às funcionais e às por espécie de documentos. Sem qualquer dúvida, foi uma opção imposta pelos próprios documentos do arquivo, mas que também considerou o perfil de usuário que costuma consultar o acervo da instituição, mais voltado para as ciências sociais, e portanto mais interessado em conjunturas, temas e atores políticos do que em tipos documentais.

Para eliminar qualquer dificuldade na consulta dos inventários, optamos pelo recurso de elaborar uma apresentação para cada uma das séries, de modo a explicar ao usuário os critérios que nortearam sua criação, principais temas abordados pelos documentos, e as séries que poderão ser consultadas em complementação. (ANEXOS 1 e 2).

Foi também considerando o perfil do usuário do CPDOC que optamos por não estabelecer uma série exclusiva para a Produção Intelectual, com trabalhos do titular e de terceiros, preferindo inseri-los nas séries funcionais e/ou temáticas a que estivessem ligados. Tal opção deveu-se, antes de tudo, a uma tentativa de recuperar a visão de conjunto, e, em última instância, a lógica da própria acumulação. Afinal este tipo de trabalho foi produzido e/ou acumulado em função do exercício de um determinado cargo ou pelo interesse em um assunto específico. Assim, quando se separa este tipo de documento em uma série única - pelo menos dentro de um conjunto documental como o arq. EAP -, cria-se uma dificuldade extra para o pesquisador, que encontra o documento fora do contexto em que foi produzido. O ideal é proporcionar o maior conjunto possível de documentos, com o menor número de remissivas, já que a elaboração destas dá margem a falhas, por parte dos arquivistas, e a dificuldades, para o pesquisador.

O quadro de arranjo definitivo ficou portanto estabelecido com as seguintes séries:

- <u>Séries por espécie</u>:

  1. Documentos Pessoais - dp
  2. Recortes de Jornais - j

- Séries funcionais:

1. Início da Carreira Política - icp
2. Interventor - int
3. Deputado Federal (1946-1950) - df1
4. Governador do Estado do Rio de Janeiro - gov
5. Embaixador - emb
6. Ministro da Viação e Obras Públicas - vop
7. Ministro do Tribunal de Contas da União - tcu
8. Ministro da Reforma Administrativa - ra
9. Deputado Federal (1963-1970) - df2
10. Senador - sen

- Séries temáticas:

1. PSD - nacional - psd-n
2. PSD - regional - psd-r
3. MDB - mdb
4. PDS - pds
5. Assuntos Nacionais - an
6. Estado do Rio de Janeiro - erj
7. Diversos - div

3.4.1. Critérios adotados na definição das séries por tipo

Estas séries não apresentaram maior dificuldade para serem definidas, por obedecerem a um critério essencialmente técnico. Resta apenas ressaltar que, hoje em dia, a Série Recortes de Jornais encontra-se totalmente microfilmada.

3.4.2. Critérios adotados na definição das séries funcionais

O critério básico que orientou a organização das séries funcionais foi o da inserção apenas dos documentos estritamente relacionados com o exercício da função em questão. Como exemplo, temos:

EAP 51.01.25/1
gov

DOCUMENTOS (06) referentes à posse de Ernâni do Amaral Peixoto como governador do estado do Rio de Janeiro.
Niterói
De 25 a 31 jan. 1951

EAP 71.10.06
sen

DOCUMENTOS (28) referentes à Comissão de Orçamento do Senado Federal, destacando-se: discurso de Ernâni do Amaral Peixoto no Senado sobre as atividades da Comissão no exercício de 1975 e pareceres dos quais foi relator.

PASTA I: 1971 a 1972 (05 docs.)
PASTA II: 1972 (01 docs.)
PASTA III: 1973 a 1974 (06 docs.)
PASTA IV: 1975 a 1983 (16 docs.)

Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte.
De 06 de out. 1971 a 1983
4 pastas

Com relação aos pedidos, só foram mantidos nas séries aqueles cujo atendimento se encontrasse na esfera de atuação do cargo. Na série Senador, por exemplo, foram considerados basicamente três

tipos de pedidos: o de bolsas de estudo e subvenções, que dependiam das cotas reservadas a cada congressista, e aqueles relacionados com o estado do Rio de Janeiro - em benefício de alguma comunidade do estado -, já que EAP era seu representante no Congresso. A única dificuldade enfrentada foi com relação às séries funcionais que coincidiam com o exercício da presidência de um partido, como foi o caso dos pedidos feitos entre 1951-1955, dirigidos ao governador do RJ, e apresentados em papel timbrado do PSD e/ou assinado por algum diretório municipal. Nestes casos, adotamos como elemento definidor o próprio tipo de pedido, ou seja, se seu atendimento dependesse de um ato do governador, ele ficaria na série funcional; caso contrário, seria inserido na série PSD-r.

De todas as séries funcionais, a única que ainda não se encontra definida e organizada é a Ministro do Tribunal de Contas da União. Isto porque o número de documentos, dos já entregues pela família, relacionados com o exercício da função não nos parece suficiente para a criação de uma série isolada. Caso a situação se mantenha até a remessa final, provavelmente estes poucos documentos serão transferidos para a série Diversos, onde formarão dossiê.

O início da organização destas séries, contudo, nos alertou para a existência de alguns dossiês interligados com outros de séries de partidos, de assuntos e até mesmo entre os três tipos de séries. Nestas ocasiões, prevaleceu sempre o critério funcional, ficando o fracionamento do assunto recuperado através de remissivas.

Apresentaremos a seguir a descrição de alguns dossiês interligados:

- Cargo/tema: projeto de reurbanização de Niterói

EAP 41.09.15
int

DOCUMENTOS (3) sobre contrato para execução de obras de remodelação de Niterói e a organização da Cia. Melhoramentos de Niterói.
Niterói.
De 15 set. 1941 a 11 abr. 1946
ver th: EAP 41.09.15
erj

EAP 49.01.18
erj

DOCUMENTOS (08) sobre a reurbanização de Niterói, destacando-se: parecer da firma MMM Roberto-Arquitetos sobre a necessidade de um plano diretor para a cidade; e os diversos contratos realizados pela Prefeitura para sua remodelação.
Rio de Janeiro e Niterói.
De 18 jan 1946 a 11 nov. 1985
ver tb: EAP 41.09.15
int

- Cargo/partido: Colégio Eleitoral de 1984

EAP 78.04.26
sen

DOCUMENTOS (14) sobre os colégios eleitorais de 1978 e 1984 incumbidos de escolher o presidente da República
Brasília
De 26 abr. 1978 a jan. 1985
ver th: EAP 84.01.10
pds

EAP 84.01.10
pds

DOCUMENTOS (79) relativos à Terceira Convenção Nacional do PDS e à sucessão presidencial, tendo como temas mais freqüentes a realização de prévias à Convenção; a questão da fidelidade partidária e a legitimidade do Colégio Eleitoral. Destacam-se: ata da 19ª reunião da Comissão Executiva Nacional do PDS, na qual José Sarney renunciou à presidência do partido; discurso de renúncia do presidente interino, Jorge Bornhausen; e a entrevista de Ernâni do Amaral Peixoto, já como presidente interino, analisando o processo sucessório.
Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo etc.
De 10 jan. 1984 a 15 jan. 1985
ver tb: EAP 85.07.00 e EAP 78.04.26
pds sen

- Cargo/partido/tema: fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro

EAP 73.12.19
sen

DOCUMENTOS (39) sobre a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

PASTAS I - III: boletim informativo do Senado Federal/abr.-jun. 1974 (03 docs.)

PASTAS IV e V: documentos diversos, destacando-se pronunciamento de Ernâni do Amaral Peixoto (36 docs.)

Brasília, Niterói, Petrópolis etc.
De 19 dez. 1973 a 05 fev. 1975
5 pastas
ver tb: EAP - dossiê sobre a fusão dos diretórios (ainda sem organização)
mdb
EAP 68.08.08
erj

EAP - o dossiê sobre a fusão dos diretórios já se encontra mdb.

definido, embora ainda não tenha sido organizado. O grande destaque é a disputa é a disputa política pelo controle do diretório, travada entre Ernâni do Amaral Peixoto e Antônio de Pádua Chagas Freitas.

ver tb: EAP 73.12.19 e EAP 68.08.08
sen erj

EAP 68.08.08
erj

DOCUMENTOS ( )[8] sobre a fusão do estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara, e os problemas que dela resultaram. Destacam-se: estudo do deputado estadual Álvaro Fernandes sobre a fusão dos dois estados; estudo de Augusto do Amaral Peixoto Jr. sobre a fusão (PASTA I); a questão da fusão do Poder Judiciário e a equiparação dos vencimentos (PASTAS I e II); parecer do conselheiro Álvaro Sardinha (TCU) sobre o limite de remuneração da magistratura; e "Dados comparativos das eleições gerais realizadas no extinto estado da Guanabara nos anos de 1966, 1970 e 1974. Junção político-partidária dos dois estados extintos na ordem de classificação dos candidatos que concorreram às eleições de 15/nov/1974". (PASTA II)

PASTA I: 1968-MAR/1975
PASTA II: ABR/1975-1985

Niterói, Rio de Janeiro, Petrópolis etc.
De 08 ago. 1968 a jul.(?) de 1985
2 pastas
ver th: EAP 73.12.19 e EAP - dossiê sobre a fusão. Código
sen mdb a ser definido

8. Dossiê ainda não contabilizado.

3.4.3. Critérios adotados na definição das séries temáticas

Para analisarmos os critérios adotados para a definição das séries temáticas, torna-se necessário, antes de mais nada, dividi-las em dois grupos distintos: as de partido e as de assunto propriamente dito.

Com relação às séries de partido - PSD-n, PSD-r, MDB e PDS-, os dossiês ficaram restritos às questões essencialmente partidárias, muito embora sem maior rigidez quanto às características dos documentos. Em outras palavras, nos ativemos mais ao assunto dos documentos, do que às suas características, como papel timbrado, indicação de cargo do remetente ou destinatário etc. Neste sentido, por exemplo, criou-se na série PSD-n um dossiê sobre o Centro Cívico Amaral Peixoto, organização paralela aos diretórios municipais gaúchos, que entre 1951 e 1953 atuavam contrariamente às diretrizes determinadas pelo Conselho Nacional do partido:

> EAP 51.05.17
> psd-n
>
> DOCUMENTOS (23) sobre o "Centro Cívico Amaral Peixoto", criado com o objetivo de defender, no Rio Grande do Sul, as diretrizes do Conselho Nacional do PSD, unificar regionalmente o partido e apoiar o governo de Getúlio Vargas. Destaca-se a correspondência enviada a Ernâni do Amaral Peixoto por Adail Morais sobre a situação partidária no estado.
> Porto Alegre, Bajé (RS), Pelotas(RS) etc.
> De 17 maio 1951 a 13 out. 1952.

Foram também mantidos nas séries de partidos os documentos referentes à propaganda eleitoral de seus candidatos, assim como

aqueles ligados às solicitações de indicação de nomes para a composição de chapas, além de questões internas do próprio partido como reestruturação de diretórios e convenções estaduais e nacionais.

EAP 59.10.08
psd-n

TELEGRAMAS (29) enviados a Ernâni do Amaral Peixoto por pessedistas do Piauí protestando contra demissões de correligionários efetuadas pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.
Teresina, Parnaíba (PI), Floriano (PI) etc.
De 08 out. a 06 nov. 1959

EAP 47.06.03
psd-n

DOCUMENTOS (16) relativos a convenções e reuniões do PSD-r, destacando-se: discurso proferido por Ernâni do Amaral Peixoto em convenção realizada entre janeiro e junho de 1948; discurso de Juscelino Kubitschek (10.01.64) a ser proferido na convenção municipal de São João de Meriti, e livro de atas do partido.
Itaperuna (RJ), Niterói, Campos (RJ) etc.
De 03 jun. 1947 a 1965.

Com relação aos documentos sobre acordos interpartidários, desde a articulação inicial até eventuais distribuições de cargos, optamos por não inseri-los nas séries de partidos. Entendemos que este tipo de dossiê normalmente extrapola em muito à simples questão partidária, abrangendo, inclusive, contatos extra-oficiais. Neste sentido, preferimos mantê-los seja na série ERJ (dossiê de política fluminense), seja na Assuntos Nacionais, como por exemplo:

EAP 45.11.01
erj

DOCUMENTOS ( )[9] relacionados com a política fluminense. Destacam-se: os acordos firmados entre os diretórios municipais do PTB e do PSD em Duque de Caxias com vistas às eleições municipais de SET/47; e relatório do DOPS do Rio de Janeiro sobre as atividades comunistas no estado (PASTA I); acordo entre o PSD e o PTB no RJ, para as eleições de 1950; cartas enviadas a Amaral Peixoto por Afonso Celso Ribeiro de Castro e Paulo Fernandes em 1956 (PASTA II); correspondência enviada a Amaral Peixoto por Afonso Celso entre 1957/59; os acordos feitos pelo PSD com a UDN - dissidente, o PSP e o PRP; e o relatório do TRE sobre as eleições de 1958 (PASTA III); acordo entre deputados e suplentes para solucionar a crise aberta com a eleição da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa (MAR/ABR. 1962); parecer do STF sobre a constitucionalidade do mandato de José Kezen como vice-governador do RJ; protocolo eleitoral entre o PSD e os Dissidentes Udenistas; aplicação no RJ do AI nº 1 pelo gov. Paulo Torres (PASTA IV); representação de deputados estaduais contra o gov. Paulo Torres por crimes de responsabilidade; tentativa de impugnação da candidatura de EAP à Câmara dos Deputados, sua contestação e parecer do TRE (PASTA V); quadro de votação por município dos candidatos ao Senado (1970); avaliação de Amaral Peixoto sobre o resultado das eleições de 1970 (PASTA VI); artigos de Leonardo Mota avaliando a política fluminense face às eleições para o governo do estado em 1982; nota da bancada federal do PMDB-RJ contra a incorporação do PP ao partido e ratificando a candidatura de Saturnino Braga ao governo estadual; e pronunciamento de Moreira Franco em Campos: "Para um novo tempo, um novo PMDB-quem não mudar, será mudado". (PASTA VII).

PASTA I: 1945-1949
PASTA II: 1950-OUT/1957
PASTA III: NOV/1957-1959/61
PASTA IV: 1960-MAR/1966

9. Dossiê ainda não contabilizado.

PASTA V: ABR/1966-1969
PASTA VI: 1970-1979
PASTA VII: 1980-1986; s/d.

Rio de Janeiro, Niterói, Campos etc.

De 01 nov. 1945 a dez. 1986
7 pastas

ver tb:
- sobre a política fluminense durante gov. EAP:
EAP 51.02.17 e EAP 53.04.20
gov gov

- sobre a sucessão estadual em 1954:
EAP 54.04.16 e EAP 51.06.07
gov gov

- sobre as diversas eleições realizadas entre 1945 e 1986, ver os respectivos dossiês nas séries PSD-r, MDB e PDS

- sobre a disputa entre Chagas Freitas e EAP, ver o dossiê (ainda sem código) do assunto na série MDB.

Com relação aos pedidos diversos, foram mantidos nas séries apenas aqueles de autoria de presidentes ou membros dos diretórios municipais/estaduais, ou do próprio diretório, cujo atendimento revertesse para a coletividade. A única exceção foi feita para os documentos que apresentavam anotações, na maior parte das vezes feitas pelo próprio Amaral Peixoto, destinando-os em seu arquivo corrente à pasta do PSD - nacional: muito embora se tratasse de simples pedidos, sem vinculações explícitas com o partido, optamos por manter a destinação original determinada pelo próprio titular do arquivo.

Também na organização destas séries fomos alertados para a existência de dossiês interligados com outros, de séries temáticas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com as séries PSD-n e Assun-

tos Nacionais, no que diz respeito aos documentos sobre a política maranhense no início da década de 1950, caracterizada por duas questões críticas: o reconhecimento da eleição de Eugênio de Barros (candidato do Partido Social Trabalhista) como governador, e o reingresso de Vitorino Freire (candidato do PST à vice-presidência da República nas eleições de 1950), no momento da reestruturação do diretório:

EAP 52.12.13
psd-n

DOCUMENTOS (22) sobre o ingresso de Vitorino Freire no PSD e a reestruturação do diretório regional do Maranhão.
São Luís, Rio de Janeiro, Niterói etc.
De 13 dez. 1952 a 6 nov. 1953

ver tb: EAP 51.03.01
an

EAP 51.03.01
an

DOCUMENTOS ( ) relativos à eleição e posse de Eugênio de Barros para o governo do Maranhão, incluindo: tumultos na posse; protestos contra os pedidos e intervenção federal no estado; normalização da situação política.
São Luís, Rio de Janeiro, Niterói etc.
De 01 mar. 1951 a maio 1952

Ver tb: EAP 52.12.13
psd-n

Com relação às séries temáticas propriamente ditas - Assuntos Nacionais, ERJ e Diversos -, o critério básico empregado foi a esfera de abrangência dos documentos: para a série Assuntos Nacio-

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INDIPO/CPDOC

nais, foram destinados os documentos que retratam conjunturas nacionais, ou mesmo questões de âmbito nacional; já a série ERJ, ficou restrita àqueles exclusivamente relacionados com o estado do Rio - tendo por base a formação do antigo estado, e, a partir de 1974, incluindo também o antigo estado da Guanabara - e os pedidos da/para comunidade fluminense; enquanto que a série Diversos englobou os documentos que não se encaixavam nas demais, muito embora não se possa afirmar que seus dossiês, no conjunto, tenham importância secundária - até mesmo os dossiês de pedidos e agradecimentos desta série, não relacionados portanto com o exercício de cargos e atuação partidária, possibilitam ao usuário recuperar e avaliar a extenção do poder político de Amaral Peixoto, como chefe político do Estado, independente da atuação dos partidos aos quais esteve ligado.

Exemplos:

EAP
an

DOCUMENTOS (20) sobre a conjuntura política nacional em face da Segunda Guerra Mundial, destacando -se: cartas de Roberto Sisson, Maurício e Fernando Lacerda apoiando o governo de Getúlio Vargas; cartas de Augusto do Amaral Peixoto Jr. sobre a situação interna argentina; e conferência de Maurício Lacerda sobre o panamericanismo.
Lisboa, Niterói, Buenos Aires etc.
De 20 jul. 1940 a 22 set. 1943.

EAP 46.02.06
erj

DOCUMENTOS ( ) da Comissão Executiva do Leite e da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, relacionados com os Problemas da produção leiteira e a crise no abastecimento de leite no Distrito Federal.

Niterói e Rio de Janeiro.
De 06 fev. 1946 a 06 jun. 1962.

ver tb: EAP 51.07.02 e EAP 51.09.07
gov gov

Como se pode observar, o arq. EAP é um típico exemplo de arquivo em que o arquivista não pode, nem deve, se ater a esquemas rígidos de definição de arranjo; pelo contrário, deve adequar os procedimentos técnicos fornecidos pela arquivologia à realidade de cada arquivo.

4. CONCLUSÃO

Por tudo quanto foi visto, é inegável a importância do CPDOC não apenas enquanto difusor do modelo de centro de documentação voltado para a pesquisa, mas principalmente como gerador de conhecimento arquivístico específico, qual seja, na área de arquivos privados de homens públicos. Tal importância pode ser medida, inclusive, na repercussão da experiência por ele desenvolvida, que só legitima o desenvolvimento de um trabalho simultâneo de organização e análise destas fontes. O fato de possuir um acervo histórico distinto daqueles encontrados nos arquivos públicos - onde o documento, embora com valor histórico, é antes de mais nada administrativo, e portanto imbuído de toda uma característica formal, oficial - e de procurar proporcionar à pesquisa histórica a utilização máxima das fontes sob sua guarda, sem dúvida alguma despertou a sociedade brasileira para a importância, e mesmo necessidade, de proteção a este tipo de acervo documental para a melhor recuperação da história contemporânea do Brasil.

A organização e acesso a arquivos privados pessoais apresenta um uso social diferente do de um arquivo público: a consulta a seus documentos permite sempre - ou quase sempre - que se analise o outro lado do poder, possibilitando, inclusive, a destruição de mitos, ou ainda a valorização de atores políticos/administrativos até então colocados em segundo plano. Na realidade, o arquivo privado pessoal e o público - seja em que esfera for - apresentam ao pesquisador a possibilidade de complementação, não no sentido do conjun-

to, mas no sentido de confrontar o oficial com o não-oficial, com o oficioso etc.

4.1. A necessidade de se processar o levantamento/cadastramento dos arquivos privados pessoais existentes no país é, portanto, o primeiro ponto que gostaríamos de destacar nesta conclusão.

Ao longo dos últimos 20/30 anos tem sido possível observar a importância dos arquivos privados pessoais como fonte primária no desenvolvimento da historiografia contemporânea brasileira. Mas para que o pesquisador tenha acesso a este tipo de acervo torna-se necessário, antes de mais nada, que seja processada sua localização, não apenas onde se encontra, mas principalmente sua própria existência. Afinal, ao contrário do que ocorre com os proprietários dos demais arquivos privados, o possuidor de um acervo privado pessoal não é obrigado a mantê-lo e muito menos a declarar sua existência ou a depositá-lo em uma instituição arquivística, seja ela pública ou privada.

O importante, portanto, é que se dê continuidade a este movimento - cujo primeiro passo foi a criação de instituições voltadas para a preservação deste tipo de acervo -, realizando o cadastramento dos arquivos privados pessoais, tarefa que seria facilitada se processada paralelamente ao amplo debate na sociedade sobre a importância da preservação e divulgação deste tipo de acervo, além de incentivos por parte do Estado - a exemplo do que vem ocorrendo na Inglaterra e Espanha, com a substituição de impostos sobre heranças.

A literatura arquivística internacional costuma privilegiar a atuação do Estado na preservação de arquivos privados pesso-

ais. No entanto, não há um consenso quanto à quem cabe desempenhar tal tarefa. Aqueles que se perguntam se os arquivos departamentais franceses não deveriam se restringir aos fundos públicos, dos quais são responsáveis, Jean Sablou (Sablou, 1974:96) afirma que existe um ponto em comum entre os dois tipos de acervo: tanto um quanto o outro correm o risco de ficarem ignorados e serem destruídos, razão pela qual exigem, por parte do arquivista, idêntica atenção.

Também no Brasil, por diversas vezes, já se colocou a questão da validade dos arquivos públicos, mal dotados de verbas, assumirem tal responsabilidade com os arquivos privados. No nosso entender, a questão deve ser vista sob dois aspectos. O primeiro deles, diz respeito à própria finalidade de um arquivo público: preservar e dar acesso ao patrimônio documental produzido pela administração pública, em stricto sensu, ou ao patrimônio documental da nação, lato sensu. Neste último sentido, poderiam ser incluídos os arquivos privados pessoais/familiares, desde que com conteúdo informativo de reconhecido valor histórico. O segundo aspecto diz respeito à própria existência de instituições privadas que se encarreguem deste tipo de arquivo.

A nosso ver, atualmente, dentro de todos os problemas que envolvem a questão cadastramento/preservação/acesso de arquivos privados, a que assume menor proporção é a que diz respeito à real capacitação do Estado em assumir tal compromisso, seja em termos técnicos ou financeiros. Cremos que aqui a experiência já adquirida em termos de arquivos privados, especialmente os pessoais, nos apresenta uma situação completamente diversa da francesa, por exemplo, onde os Arquivos Nacionais e os Departamentais assumem tal responsabilidade - embora em estreito contato com a comunidade, por intermédio dos Comitês de Salvaguarda.

No caso brasileiro, ainda é grande a tarefa do Arquivo Nacional para recuperar o tempo perdido, e organizar toda a documentação produzida pela administração pública federal, o que nos leva a acreditar que a melhor opção seria que a operacionalização da localização e cadastramento fosse levada a cabo pelos órgãos ou instituições voltadas para a questão, ainda que sob a orientação e coordenação do próprio Arquivo. Esta coordenação seria importante não apenas para evitar a duplicação de esforços, mas também para obter resultados mais homogêneos, informações mais homogêneas: caso contrário, haveria o risco de uma instituição preocupar-se mais com um aspecto do que as outras, ou de satisfazer-se com um determinado nível de informação etc. Por outro lado, ficando a coordenação deste cadastramento sob a responsabilidade do Arquivo Nacional, poderia ser obtida a centralização das informações dispersas pelos diversos estados, o que, em um segundo momento poderia significar sua disseminação a nível nacional, seja através da publicação de guias, seja através da implantação de uma rede nacional de informatização, ou mesmo através da microfilmagem dos diversos acervos, o que possibilitaria o intercâmbio das microformas.

Atualmente, já existe no Brasil um razoável número de instituições arquivísticas de caráter privado que poderiam assumir tal tarefa. Talvez este trabalho pudesse ser feito tendo por base as regiões geográficas, resultando na publicação de um guia nacional de arquivos privados pessoais, à semelhança do que foi realizado com o Guia preliminar de fontes para a história do Brasil; instituições governamentais no município do Rio de Janeiro (1979) - trabalho interinstitucional desenvolvido pela Fundação Casa de Rui Barbosa e o CPDOC, sob a coordenação de Maria Amélia Porto Migueis -,

e, mais recentemente, com Os presidentes da República: guia dos acervos privados - realizado pela equipe de documentação do CPDOC.

Mas qualquer ação em relação aos arquivos privados pessoais/familiares tem que ter como pressuposto básico a desconfiança que seus proprietários têm em relação a atitudes de interesse por parte de terceiros, seja por desconhecerem a importância histórica dos papéis por eles guardados, seja por medo de terem sua privacidade atingida, ou desmitificada publicamente a figura de algum antepassado, senão a do próprio titular. Afinal,

> "... o passado ainda está muito próximo, os períodos e situações dolorosas ainda não foram esquecidas, e eles temem que seus documentos sejam explorados pelos pesquisadores de uma maneira tendenciosa ou pouco favorável". (Huart, 1974: 82)

Assim, seja ao implementar uma linha de acervo, seja ao realizar um simples levantamento/cadastramento de arquivos privados pessoais/familiares, é fundamental que se considere o próprio desconhecimento por parte dos detentores deste tipo de acervo quanto à sua importância histórica, e a própria desconfiança quanto à utilização a ser dada aos arquivos, ou mesmo às informações dele extraídas. Neste sentido, e tendo por base a experiência francesa com arquivos privados - iniciada com a criação, em 1949, dos Comitês de Salvaguarda, integrados por arquivistas, historiadores e membros da comunidade, e cuja função era justamente localizar e garantir a preservação de documentos privados -, é importante se destacar o papel a ser desempenhado pelo arquivista, a quem caberá a tarefa de con-

vencer os proprietários da utilidade de seus documentos para a história, da necessidade de preservação e divulgação (acesso), enfim, de eliminar quaisquer tipos de desconfiança que possam ter em relação à capacidade da(s) instituição(ões), pública(s) ou privada(s), em preservar(em) os documentos, e principalmente em garantir(em) seus direitos de propriedade e privacidade.

Trata-se portanto, uma vez reconhecida a importância dos arquivos privados pessoais para a elaboração da história contemporânea do Brasil de estabelecer uma eficaz integração entre os arquivistas - pertençam eles a instituições públicas ou privadas -, a comunidade acadêmica e a sociedade de um modo geral.

4.2. Um outro ponto que gostaríamos de abordar diz respeito à necessidade de se reforçar a diferenciação entre documento de caráter público e o de caráter privado, principalmente em termos daqueles que são produzidos e acumulados por um político ou administrador, tendo em vista as implicações sobre o acesso.

Em termos de arquivos privados,

> "...cada fundo é um caso particular, a ser resolvido por ocasião do depósito, e os regulamentos em uso para os arquivos públicos não servem para papéis que pertençam a particulares, que mantêm sua propriedade. Uma exceção deve ser feita a algumas categorias de documentos, e freqüentemente são os próprios depositários que tomam a iniciativa para impor os prazos necessários". (Huart, 1974:88)

Tal constatação nos faz refletir sobre acervos como o do

CPDOC, cujos arquivos, em sua maior parte, possuem documentos de caráter nitidamente público. Como são doados em geral sem restrições de acesso, os documentos são liberados para a consulta a partir do momento em que é dada por concluída a organização do fundo. Cabe então perguntar se este tipo de documento tivesse permanecido sob a guarda da administração pública, como seria desejável, não estariam obedecendo os prazos de acesso vigentes no país? Mais ainda. Em se tratando de cópias de documentos oficiais, é muito provável que seja liberado à consulta antes que seu original, recolhido ao arquivo permanente da administração pública, e que tenha seu acesso estabelecido em função do direito privado e não em função da segurança do Estado.

Para evitar a perpetuação de situações conflitantes como estas é que se torna fundamental a realização de uma conscientização, junto a políticos e administradores, no sentido do que é documento público, e privado, sem a qual não será possível fazer cumprir a lei geral de arquivos a ser aprovada.

4.3. A análise do arranjo adotado na organização do arquivo Ernâni do Amaral Peixoto, aliada à própria experiência do CPDOC, nos permite fazer algumas observações sobre a organização de arquivos privados pessoais.

A primeira delas diz respeito à possibilidade de se estabelecer, em arquivos privados pessoais, um corte cronológico que recupere a unidade do fundo. Se em termos de documentação pública este artifício se mostra eficaz, de vez que os fundos possuem um mínimo de ordenação interna, o mesmo já não ocorre com um arquivo privado

pessoal. Não se pode esquecer que até sua morte ou à doação de seus documentos, o titular recorre sempre a seu arquivo, que possui uma lógica própria, mesmo que não apresente sinais de organização.

No caso do arq. EAP, por exemplo, o titular em diversas ocasiões afirmou à equipe não ter consigo mais nenhum documento senão aqueles referentes a seus últimos mandatos como senador. A prática, contudo, nos mostrou não ser procedente tal informação. Primeiro, quando de seu afastamento da vida pública, constatamos que entre os documentos que se encontravam em seu gabinete no Senado havia inúmeros outros referentes a períodos anteriores, como a interventoria, série que considerávamos concluída (embora com a certeza de que faltavam documentos). Idêntica situação voltou a ocorrer por ocasião de sua morte, quando, juntamente com os documentos mais recentes, foram enviadas ao centro pela família algumas tantas pastas com documentos relativos às séries mais antigas.

Uma outra observação diz respeito à existência (ou não) de um arranjo convencional adequado.[10] Se em termos de arquivo público são usados preferencialmente dois modelos de arranjo - o estrutural e o funcional -, o mesmo já não ocorre com os arquivos privados pessoais, pela própria voluntariedade com que são acumulados. O que se poderia chamar então de arranjo convencional adequado em se tratando de arquivos privados pessoais?

---

10. Expressão empregada por Anna Amélia Vieira Nascimento em "Tratamento de fontes e reconstituição histórica a partir de acervos arquivísticos". Acervo, Rio de Janeiro, 2 (2): 55-61, jul-dez. 1987.

A adequação de um arranjo em arquivo privado é dada, ou melhor, determinada pelo próprio arquivo. Ou seja: são os próprios documentos que "vão dizer", sugerir qual o tipo de arranjo a ser adotado pelo arquivista. Neste tipo de acervo, a questão da definição do arranjo, nos parece, tem que ser vista com a menor rigidez possível, de modo que o arquivista possa opatar por uma solução que permita ao futuro usuário a exploração plena do teor informativo dos documentos.

Afinal, o arquivo não é o conjunto de documentos organicamente produzido e acumulado por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades? Assim, do mesmo modo que um arquivo público deve espelhar a atuação do Estado (seja em que esfera for), é desejável que um arquivo privado pessoal espelhe em seu arranjo e organização - e da melhor maneira possível, tendo em vista o futuro usuário - a atuação de seu titular. Esta constatação se torna mais evidenciável em arquivos de políticos, nos quais o pesquisador se mostra mais interessado em recuperar informações sobre o quadro político, econômico etc., e principalmente, sobre a atuação de determinados atores. Neste sentido, seria de pouca utilidade manter os documentos arranjados segundo uma diferenciação tipológica, já que ao usuário interessará recuperá-los pelo conjunto, de acordo com seu objeto de pesquisa.

Resta-nos, portanto, a certeza de que, ao lidar com arquivos privados pessoais, o arquivista não deve se ater a esquemas rígidos de organização, devendo, antes de mais nada, adequar os procedimentos técnicos da arquivística à realidade de cada fundo, tendo sempre em mente o perfil do usuário que dele se utilizará.

ANEXO 1

Apresentação da Série Governador do Estado do Rio de Janeiro

A série Governador do Estado do Rio de Janeiro é formada por documentos relacionados com a atuação de Ernâni do Amaral Peixoto frente ao executivo fluminense. Inclui, portanto, desde os preparativos para a posse do titular (EAP gov 51.01.25/1) até o processo político da sucessão estadual e a transmissão do cargo ao governador eleito, Miguel Couto Fº (EAP gov 54.02.16).

Na organização da série procurou-se seguir a estrutura administrativa do governo, criando-se, sempre que possível, dossiês para cada uma das secretarias de Estado, de modo a permitir o resgate dos assuntos que dizem respeito especificamente ao seu funcionamento interno. Assim, como exemplo, temos o dossiê sobre a Secretaria de Viação e Obras Públicas (EAP gov 51.01.25/2), cujos documentos abordam desde o Departamento de Estradas de Rodagens, a Comissão de Águas e Esgotos, o abastecimento de energia elétrica no estado, e a instalação de ônibus elétricos em Niterói, até as reformas internas efetivadas na estrutura da própria secretaria.

Em toda a Série, são dois os assuntos que merecem destaque. O primeiro deles diz respeito à política de desenvolvimento industrial adotada pelo governo estadual (EAP gov 51.02.00), e à tentativa de Amaral Peixoto em obter recursos financeiros no exterior (EAP gov 53.03.23) e implantar refinarias de petróleo no estado (EAP gov 51.01.29/2). O outro está relacionado com a política fluminense, que é objeto de três dossiês: o específico sobre a política (EAP gov

51.02.17); o que contém os discursos, entrevistas e pronunciamentos radiofônicos - no programa "Conversa de Domingo" - de Amaral Peixoto (EAP 51.08.02); e o que trata de sua sucessão no governo do estado (EAP 54.02.16).
gov
gov

A organização da série incorpora ainda dossiês de pedidos, agradecimentos, convites e felicitações, além de outras questões de relevo tratadas durante o período, como denúncias de envolvimento do governo com o jogo clandestino e o atentado sofrido pelo deputado Tenório Cavalcanti.

Deve-se observar que muitos dos dossiês apresentam assuntos interligados. Para possibilitar a recuperação plena das informações, foram feitas remissivas ao término do resumo de cada dossiê, indicando o(s) que lhe é(são) complementar(es).

ANEXO 2

Apresentação da Série Partido Social Democrático-regional

A Série Partido Social Democrático-regional é composta de documentos referentes tanto à seção fluminense do PSD, quanto a Ernâni do Amaral Peixoto, enquanto líder e presidente da mesma.

A documentação, que abrange o período de maio de 1945 a maio de 1964, está organizada em 18 dossiês - relativos a convenções partidárias, diretórios municipais e eleições de que a sigla participou, por exemplo - que retratam a trajetória do partido no cenário político do antigo estado do Rio de Janeiro.

Dois grandes temas se destacam na série: a consolidação do pessedismo, e, mais do que isso, do "amaralismo" no estado; e a posterior desarticulação da máquina partidária. O primeiro deles, encontra-se documentado basicamente em três dossiês: o que cobre as eleições realizadas no ano de 1947 (EAP 46.02.00), registrando a vitória da legenda, calcada na formação de bases eleitorais sólidas nos municípios; o dossiê sobre as manobras de Edmundo de Macedo Soares para desarticular o domínio de Amaral Peixoto na política fluminense (EAP 47.03.03); e o que abrange as eleições de 1950 (EAP 49.05.02), cujos resultados reafirmam a liderança amaralista.

Três outros dossiês documentam o início da desestruturação interna do PSD no estado, motivada principalmente pelo afastamento de EAP do Brasil - período em que ocupa a embaixada nos Estados Unidos -: as correspondências de Agenor Barcelos Feio (EAP 56.07.19), presidente interino do partido entre 1956 e 1959, e do senador pes-

sedista Paulo Fernandes (EAP 57.01.14), relatando a crise vivida pelo partido a partir de 1955; e, por fim, o dossiê relativo às eleições de 1958 (EAP 57.01.23), quando, pela primeira vez, a sigla é derrotada.

psd-r

psd-r

Deve-se observar que muitos dossiês apresentam assuntos relacionados com os outros, seja da própria série PSD-r, seja de outras séries. Para possibilitar a recuperação plena das informações, foram feitas remissivas ao término do resumo de cada dossiê, indicando o(s) que lhe é(são) complementar(es).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Julieta Drummond de. Celina Moreira Franco: acho que a estrutura político-partidária de Vargas foi falha. O Globo, Rio de Janeiro, s.d.

ARQUIVO corrente do CPDOC: história do CPDOC - artigos, entrevistas, reportagens. Rio de Janeiro, CPDOC, 1972.

BARRIGUELLI, José Cláudio. Arquivos privados: esforço para uma conceituação. Boletim do Arquivo de História Contemporânea, São Carlos (SP), 2 (1/2): 8-14, jan./jun. 1985.

BAUTIER, Henri. Les archives. In: SAMARAN, Charles (org.). L'histoire et ses méthodes. Paris, Gallimard, 1961.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Conceituação e caracterização de documentos e de arquivos privados. São Paulo, s/ed., 1985. mímeo.

_____. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (3:1976: Rio de Janeiro) Anais..., Brasília, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979, p. 133-147.

_____. Problemática atual dos arquivos particulares. Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, 6(1): 5-9, jan./abr.1978.

BERCE, Yves-Marie. Les archives et l'histoire aujourd'hui. Paris, Stage Technique International d'Archives, Archives Nationales de France, 1988.

BERVOETS, Jan. Les archives privées aux Archives Nationales: le développement d'une pratique aux Pays-Bas. Janus, Bois-le-Duc, (2):8-15, 1986.

BRITO, Marilza Elizardo. Memória e Cultura. Caderno Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, (1):1989.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. O público e o privado: Contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. Arquivo: boletim histórico e informativo, São Paulo, 9 (2): 57-64, jul./dez. 1988.

_____. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. Arquivo: boletim histórico e informativo, São Paulo, 9:21-24, jan./jun. 1988.

CAMARGO, Célia. História política e fontes documentais: o acervo do CPDOC (1930-1945). BIB, Rio de Janeiro, (12):41-8, 1981.

CANAVAGGIO, Perrine. La conservation des archives présidentielles aux États Unis. La Gazette des Archives, Paris, (133):123-41, 2º trim. 1986.

CARBONE, Salvatore. História e arquivística. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 11(1):45-53, jan./jun.1983.

CENTRO DE PESQUISA DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Setor de Documentação. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Coord. Ana Lígia Silva Medeiros, Célia Maria Leite Costa, Lúcia Lahmeyer Lobo. Rio de Janeiro, 1986. mímeo.

_____. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Coord. Célia Camargo de Simone. Rio de Janeiro, 1980. mímeo.

CERTAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

CHOMEL, Vital. Une autre archivistique pour une nouvelle histoire? La Gazette des Archives, Paris, (91):238-48, 1975.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (3:1976. Rio de Janeiro) Anais..., Brasília, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. 921p.

COSTA, Célia Maria Leite. CPDOC: doze anos de experiência. Rio de Janeiro, CPDOC, 1985. 19f. dat.

_____; LOBO, Lúcia Lahmeyer; MOREIRA, Regina da Luz. Uma estratégia de definição de linha de acervo. Rio de Janeiro, CPDOC, 1986.

COSTA, Maria Emília Viotti da. História, metáfora e memória: a revolta de escravos de 1823 em Demerara. Arquivo: boletim histórico e informativo, São Paulo, 9 (1):7-20, jan./jun.1988.

CRUZ, Adelina Maria Alves Novaes e & FONSECA, Maria Odila Kahl. Acesso aos arquivos privados: experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. 21f. dat. mímeo.

DIEGUES JR., Manuel. Abertura do I Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (3:1976: Rio de Janeiro) Anais... Brasília, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. p.663-65.

FILANGIERI, Ricardo. Os arquivos privados. In: JAMESON, Samuel Haig. Administração de arquivos e documentação. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1964. p. 36-48.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. Rio de Janeiro, CPDOC/IUPERJ, 1977. 12f.mímeo.

_____, e BOMENY, Regina Helena Diniz. Arquivos privados na história contemporânea brasileira. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, 20 (1):15-24, jan./mar. 1977.

_____, e CAMARGO, Célia. CPDOC - Fontes primárias condicionam formato institucional. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 9 (1):4-7, jan./abr. 1981.

FURET François. O historiador e a História: um relato de François Furet. Estudos Históricos: memória, Rio de Janeiro, (1): 143-61, 1988.

GASPARI, Élio. A história do Brazil: o passado do país está sendo escrito em inglês. Veja, São Paulo, (168):32-38, 24 nov. 1971.

GÉRARD, Pierre. Les archives et l'histoire. La Gazette des Archives, Paris, (103):265-73, 4eme trim. 1978.

GILLE, Bertrand & GILLE, Geneviève. Les archives privées. In: FRANÇA. Direction des Archives de France. Manuel d'archivistique; théorie et pratique des archives en France. Paris, Imprimeire Nationale, 1970. p. 401-433.

GONÇALVES, Janice et alli. Avaliação. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/I CAAP, 1988. 9 f. dat.

HERRERA Huerta, Juan Manuel. La formación de archivos históricos. Boletín del Sistema Nacional de Archivos, (3): 17-21, ene./feb. 1984.

HOURIEZ, Elisabeth. La cotation des documents d'archives. Paris, Stage Technique International d'Archives, Archives Nationales de France, 1972. mímeo.

HUART, Suzanne d'. Les archives privées: essai de méthodologie. La Gazette des Archives, Paris, (110):167-75, 3e trim. 1980.

_____. Les archives privées aux Archives Nationales. La Gazette des Archives, Paris, (85): 79-88, 2e trim. 1974.

_____. Les archives privées, Paris, Stage Technique Internationale d'Archives, Archives Nationales de France, 1972. mímeo.

KERN, Arno Alvarez. As etapas do processo de análise histórica. s.n.t. mímeo.

KRATOVITCH, Odile. Des archives pour quelle histoire? (Le debat n'est pas clos). La Gazette des Archives, Paris, (96):23-31, 1er trim. 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral. História do Brasil: problemas e perspectivas. Tudo é História, São Paulo, (1): 43-48, 1977.

LAVEISSIERE, Jean. Le régime juridique des documents liés a l'exercice d'une fonction politique: lacune ou laxisme? La Gazette des Archives, Paris, (130-131):241-50, 3e et 4eme trim. 1985.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In:ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Memória-História. Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. v. 1.

LIMA, Luis Costa. O Estado e a cultura. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, (22):18-21, 1987.

MASSI, Fernanda Peixoto: Brasilianismos, 'brazilianists' e discursos brasileiros. São Paulo, IDESP, 1988. mímeo.

MESA Redonda: Acervos arquivísticos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, (22):171-185, 1987.

MESTAYER, Monique. Une réponse à l'article: Des archives pour quelle histoire? La Gazette des Archives, Paris, (96):51-52, 1er trim. 1977.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Ciência e Estado: a política científica no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

MOREIRA, Virgílio Moretzsohn. Falta espaço para se guardar 48 anos da memória nacional. Fatos e Fotos: Gente, Brasília, 867:20-21, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme. A perspectiva do historiador. Tudo é História, São Paulo, (1):49-54, 1977.

_____. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. Ciência e Cultura, São Paulo, 27 (5):472-86, maio 1975.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Tratamento de fontes e reconstituição histórica a partir de acervos arquivísticos. Acervo, Rio de Janeiro, 2 (2):55-61, jul./dez. 1987.

NAUD, Gérard. Le classement des fonds modernes et contemporains. Paris, Stage Technique Internationale d'Archives, Archives Nationales de France, 1972. 9f. mímeo.

NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da Nação à história enquanto crítica da memória nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, (22):22-25, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de e DIAS, Maurício. Um abrigo para a História. Cinco mulheres falam de seu projeto: um banco para nossa história contemporânea. Veja, São Paulo, (449):3-6, 13 abr.1977.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

PETERSON, Trudy Hustramp. Archives federales, vie privée, et personnages publics aux États Unis. Janus, Bois-le-Duc, (12): 3-19, 1987.

PONTES, Heloísa A. Brasil com Z (análise da produção estrangeira sobre o Brasil editado aqui, sob forma de livros, entre 1930-1988). Estudos Históricos - 5 - História e ciências sociais, Rio de Janeiro, Ass. de Pesquisa e Documentação Histórica. 1990.

RÉMOND, René. Qu'est-ce qu'un homme politique? La Gazette des Archives, Paris, (133): 155-122, 2e trim. 1986.

RIGAULT, Jean. Le Cassement des Archives. Paris, Stage Technique International d'Archives, Archives Nationales, 1972.

RODRIGUES, José Honório. Vida e História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Celso. Colecciones de manuscritos privados: un llamado a la acción. Boletín Interamericano de Archivos, Córdoba, 7:61-71, 1980.

ROPER, Michael. La utilización de los archivos para la investigación científica. Revista del Archivo General da La Nación, Buenos Aires, (9):9-33, 1986.

SABLOU, Jean. Les archives privées dans les archives départementales. La Gazette des Archives, Paris, (85):89-103, 2e trim. 1974.

SCHELLENBERG, Theadore Roosevelt. Documentos públicos e privados: arranjos e descrição. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

_____. Arquivos modernos, princípios e técnicas. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1973.

TANODI, Aurélio. Archivos particulares. _____. Manual de Archivología Hispanoamericana: teorías y principios. Córdoba (Argentina), Universidade Nacional de Córdoba, 1961. p. 204-211.

TAVARES, Margarete Rosa & VALIM, Glória Maria Moreira. Arquivos privados: bibliografia. Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, 10/14 (2):96-103, jul./dez. 1986.

TESSITORF, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? Arquivo: boletim histórico e informativo, São Paulo, 10 (1):19-28, jan./jun.1989.

TURAZZI, Maria Inez: Fontes para a história do Rio de Janeiro: o uso social de um arquivo particular (o arquivo Pereira Passos). Revista do Rio de Janeiro, Niterói, 1 (3):123-131, maio/ago.1986.

UNIVERSIDADES, e instituições científicas do Rio de Janeiro. Org. Simon Schwartzman. Brasília, CNPq, 1982.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 10/14 (2):62-76, jul./dez. 1986.

WESTPHALLEN, Cecília Maria. O significado dos acervos documentais, públicos e privados, como fontes da história. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA [3:1976: Rio de Janeiro] Anais... Brasília, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979. p. 663-65.

WITTER, Geraldina P. Arquivos públicos e arquivos particulares. Arquivo: boletim histórico e informativo, São Paulo, 4 (4):125-28, out./dez. 1983.

TEXTOS CPDOC JÁ PUBLICADOS

Mônica Pimenta Velloso. 1987. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. (2ª ed. - 1990)

Dulce Chaves Pandolfi & Mário Grynszpan. 1987. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a separação das elites.

Ângela Maria de Castro Gomes & Maria Celina S. D'Araújo. 1987. Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro.

Mônica Pimenta Velloso. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.

Ângela Maria de Castro Gomes & Marieta de Moraes Ferreira. 1988. Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise.

Ricardo Benzaquen de Araújo. 1988. In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale.

Marieta de Moraes Ferreira. 1988. Conflito regional e crise política: a reação republicana no Rio de Janeiro. (2ª ed. - 1990)

Maria Celina Soares D'Araújo. 1988. O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete.

Lucia Lippi Oliveira. 1988. Caminhos cruzados: trajetória individual e geração.

Hugo Lovisolo. 1989. A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais.

Vanda Maria Ribeiro Costa. 1989. A experiência corporativa em São Paulo: proposta de análise.

Mônica Hirst. 1990. O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954).